RELATÓRIO ANUAL
2011

CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

ÍNDICE

MENSAGEM DOS DIRETORES 4
DEZ ANOS DE EXISTÊNCIA 6
LINHA DO TEMPO 10

PROGRAMA SUL GLOBAL 12

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS 15
VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS SEIS ANOS 16
UM ANO EM RETROSPECTIVA 17
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 21

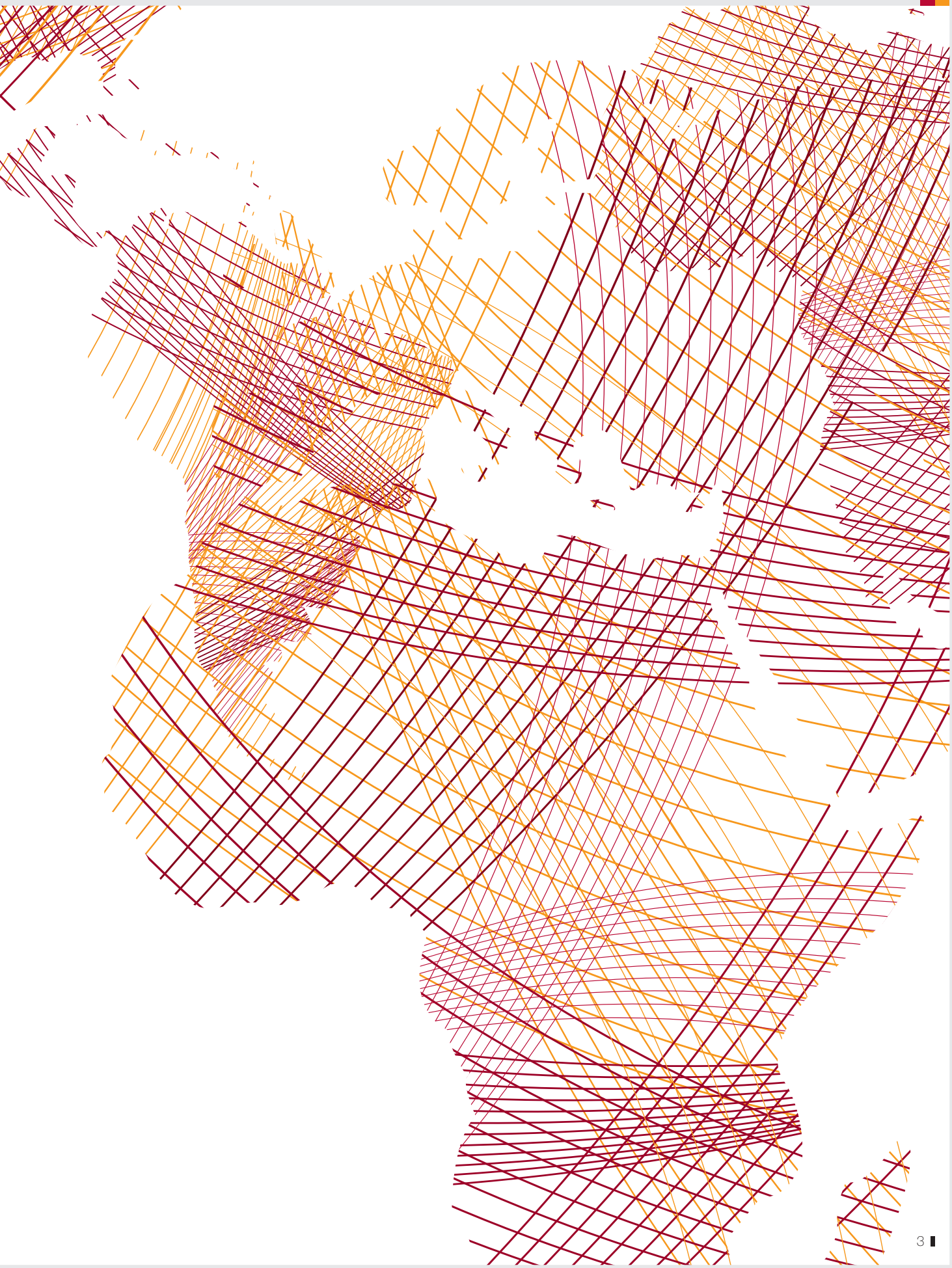
COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 23
VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS 24
UM ANO EM RETROSPECTIVA 25
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 27

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO PARA A ÁFRICA LUSÓFONA 29
VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS SETE ANOS 30
UM ANO EM RETROSPECTIVA 31
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 33

REVISTA SUR 35
VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS SETE ANOS 36
UM ANO EM RETROSPECTIVA 37
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 41

PROGRAMA DE JUSTIÇA 42
JUSTIÇA CRIMINAL E DEBATE CONSTITUCIONAL 45
VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS OITO ANOS 46
UM ANO EM RETROSPECTIVA 47
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 51

ÁREA INSTITUCIONAL 52
VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS 52
UM ANO EM RETROSPECTIVA 53
PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 56
CONSELHO DELIBERATIVO 58
FINANCIADORES 59
DEMONSTRAÇOES CONTÁBEIS 60
NOSSA EQUIPE 70



MENSAGEM DOS DIRETORES

Prezados amigos, colegas e parceiros,

É com imenso prazer que apresentamos o relatório de atividades de 2011 da Conectas. O ano de 2011 foi um ano muito especial para a Conectas, pois foi marcado por dois momentos muito significativos na história da organização: o aniversário de 10 anos da organização (um marco!), e uma transição de liderança.

O aniversário de 10 anos da Conectas foi uma oportunidade para a organização ver até onde chegou. Estamos orgulhosos com as nossas conquistas dessa última década A Conectas se consolidou como uma organização de referência no campo dos direitos humanos no Sul Global; contribuiu para a desestabilização de práticas institucionais de abusos sistemáticos de direitos humanos no sistema prisional brasileiro; influenciou as decisões do Supremo Tribunal Federal relacionadas a direitos fundamentais; ofereceu treinamento e cursos de capacitação a várias ONGs em diversos países da América Latina, África e Ásia, e promoveu uma extensa rede de profissionais e acadêmicos; produziu e disseminou uma publicação acadêmica que contribuiu para fomentar um debate crítico sobre questões de direitos humanos sob uma perspectiva do Sul Global; monitorou e influenciou a política externa brasileira com relação a direitos humanos; trabalhou para engajar organizações da sociedade civil em mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos; e estabeleceu um diálogo frutífero com homólogos no Norte.

Nessa jornada, a contribuição e a inspiração de nossos parceiros, o apoio e a confiança de nossos financiadores, e a dedicação de uma equipe talentosa e comprometida foram fundamentais. A todos, nossos mais sinceros agradecimentos.

Em 2011, a Conectas passou por uma mudança organizacional importante com a saída da diretoria de Malak Poppovic e Oscar Vilhena, os dois fundadores da organização. A transição da liderança foi conduzida pelo Conselho Deliberativo da Conectas. A nova liderança trabalhou na Conectas por muitos anos, e estamos conscientes da responsabilidade que hoje temos de continuar com o trabalho visionário iniciado há 10 anos.

Sabemos que os desafios que vêm pela frente são numerosos e árduos, mas nos sentimos preparados para enfrentá-los. Os valores sobre os quais a organização foi criada: nosso idealismo, nossa habilidade de conectar diferentes atores e tomadores de decisão, e de inovar e constantemente nos reinventar, bem como a nossa perseverança, continuarão a nos orientar.

Atenciosamente,

Lucia Nader
Diretora Executiva

Juana Kweitel
Diretora de Programas

Marcos Fuchs
Diretor Adjunto

DEZ ANOS DE EXISTÊNCIA

"A criação de uma organização internacional de direitos humanos no/do Sul exigiu dedicação, persistência e idealismo de um grupo de defensores dos direitos humanos. O desafio de avaliar o impacto e o valor agregado de nossas atividades na proteção dos direitos sempre foi nossa preocupação central."

Malak Poppovic, **fundadora da Conectas e atualmente Assessora Sênior para projetos especiais**

"Como uma ONG pioneira e líder no avanço dos Direitos Humanos ao redor do mundo, a Fundação das Nações Unidas está orgulhosa de ter sido uma das primeiras a apoiar a Conectas; O progresso que vocês alcançaram no fortalecimento das vozes dos defensores dos direitos humanos no Sul Global e na promoção de uma cooperação Sul-Sul mais forte é a verdadeira prova de sua visão única e da dedicação de sua liderança e de sua equipe."

Susan Myers, **United Nations Foundation**

"Hoje em dia, um dos desafios mais importantes dos defensores dos Direitos Humanos nos países do Sul Global é desenvolver redes eficazes e colaborações entre si para forçar seus governos a respeitar e promover os Direitos Humanos. Constatamos que a Conectas é uma das mais importantes e principais organizações nesse fronte. Particularmente, considerando que o Brasil está emergindo como uma potência importante, a Conectas está desempenhando um papel importante ao concentrar a política externa brasileira em Direitos Humanos em países como o Irã."

Hadi Ghaemi, **Campanha Internacional pelos Direitos Humanos no Irã**

Existem pessoas e organizações que dedicam sua existência à defesa dos direitos humanos. Para elas, os desafios e obstáculos com que se deparam atualmente são mais intimidadores do que nunca. A Conectas nasceu há dez anos da determinação de Malak Poppovic e Oscar Vilhena, dois acadêmicos e defensores dos direitos humanos, que, convencidos de que um movimento verdadeiramente global, diverso e efetivo era o segredo para a proteção dos direitos humanos em nível global, sonharam com uma organização que conectaria as vozes dos defensores dos direitos humanos do Sul entre si e os capacitaria a efetivamente defender, promover e proteger seus direitos, no Brasil e no exterior.

Ao longo dos anos, a organização evoluiu, cresceu e se tornou uma organização de direitos humanos de referência no Sul Global. Projetos foram incluídos e áreas fortalecidas para melhorar a resposta a uma ordem mundial em constante mudança. Enquanto a Conectas celebrou seu aniversário de 10 anos em 2011, sentiu-se em todo Sul Global e no mundo a necessidade de vozes mais altas, claras e mais determinadas vindas do Sul na agenda global de direitos humanos. Mais do que nunca, nós nos sentimos prontos, preparados e habilitados a realizar uma missão tão importante.

A conclusão dos nossos primeiros 10 anos de existência representa um marco que nos levou a executar uma série de atividades para refletir sobre os projetos implementados e os resultados alcançados até o momento, bem como para extrair algumas lições aprendidas.

> *"Ao comemorar os 10 anos da Conectas, precisamos também homenagear nossos parceiros, defensores dos direitos humanos, ONGs e acadêmicos de todo o Sul Global, cuja experiência, dedicação e fé em suas causas foram uma fonte permanente de inspiração e conhecimento. Não teríamos alcançado nada disso sem eles. Eles são os nossos companheiros nessa árdua jornada."*
>
> Juana Kweitel, **Diretora de Programas,** Conectas

> *"O movimento de direitos humanos global tem que ser um reflexo fiel da complexidade e da diversidade das causas que defende. Por 10 anos, a Conectas procurou promover uma voz mais diversificada, forte e eficaz do Sul Global e esperamos ser capazes de continuar fazendo isso ainda por muitos anos."*
>
> Lucia Nader, **Diretora Executiva,** Conectas

NAS LINHAS DE FRENTE DOS DIREITOS HUMANOS NO SUL GLOBAL

Em maio de 2011, a Conectas organizou um encontro de celebração com organizações parceiras nas instalações da Fundação Ford no Rio de Janeiro intitulado "Nas Linhas de Frente dos Direitos Humanos no Sul Global: Lições Aprendidas pela Conectas e por Organizações Parceiras". O seminário reuniu um grupo de defensores dos direitos humanos, do Brasil e do exterior, permitindo que financiadores e organizações não governamentais (ONGs) discutissem abordagens comuns à construção da infraestrutura de direitos humanos do Sul Global. Um grande número de países foi representado por 30 participantes: Argentina, Chile, Egito, Indonésia, México, África do Sul, Tunísia, Reino Unido e Estados Unidos.

O encontro aconteceu ao mesmo tempo em que revoluções no Mundo Árabe estavam redefinindo a ordem global; o evento foi um momento para refletir e pensar, mas também para comemorar o fato de que os ativistas de direitos humanos estão atualmente na linha de frente de uma revolução global.

Malak Poppovic e Oscar Vilhena Vieira, fundadores da organização, falaram da motivação que os levou a criar a Conectas, em setembro de 2001, e sobre o desenvolvimento dos projetos da organização e os principais resultados obtidos desde então.

EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA SUR - A CRIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DO/NO SUL

Em uma série de artigos especiais da edição nº 15 da Revista Sur, os fundadores e os atuais diretores da organização debateram sobre os desafios que foram superados nesses 10 anos de existência e sobre aqueles que ainda estão por vir. Em três artigos escritos por ex e atuais diretores e funcionários, a Conectas compartilha suas vitórias, desafios e reflexões sobre a história da organização desde a sua criação.

ARTIGOS

A CONSTRUÇÂO DE UMA ORGANIZAÇÃO DO/NO SUL

por Malak El-Chichini Poppovic e Lucia Nader.

"Em seu 10º aniversário, o objetivo é compartilhar nossas experiências, lições aprendidas e conquistas em comum com amigos e parceiros. Isso é particularmente importante, porque a Conectas foi desde o início um esforço coletivo que envolveu não apenas uma equipe dedicada, mas, também, membros de uma rede que foi construída ao longo dos anos."

ADVOCACIA ESTRATÉGICA EM DIREITOS HUMANOS: A EXPERIÊNCIA DA CONECTAS

por Oscar Vilhena Vieira e Eloísa Machado de Almeida.

" (…) temos inúmeros indícios de que mesmo a atuação de um pequeno escritório de advocacia estratégica, como o da Conectas, pode sim contribuir para reduzir a invisibilidade de violações, a impunidade de violadores e, mais do que isso, o aperfeiçoamento de mecanismos institucionais voltados à questão dos direitos humanos."

UMA REVISTA DO SUL COM ALCANCE GLOBAL

por Pedro Paulo Poppovic e Juana Kweitel.

"Hoje, sete anos depois, o mundo político e econômico mudou. (…) Estão surgindo novas visões que certamente afetarão a conceituação e a luta pelos direitos humanos. O futuro da Revista Sur depende de sermos capazes de entender e interagir com esta nova realidade."

COMEMORAÇÃO NO XI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O XI Colóquio Internacional de Direitos Humanos foi um momento particularmente simbólico uma vez que a organização foi criada no encerramento do Colóquio Internacional de Direitos Humanos em 2001. No final da conferência, ao som de um grupo de samba composto só de mulheres, acompanhado de um almoço tipicamente brasileiro, uma feijoada, a Conectas comemorou o encerramento de seu XI Colóquio e seu aniversário de 10 anos com os participantes, observadores, ex e atuais funcionários da Conectas, Diretores da Conectas e organizações parceiras.

A JORNADA ADIANTE

Embora muitas vitórias tenham sido conquistadas, muitos obstáculos superados e muitas batalhas ganhas, os desafios que se colocam à nossa frente são ainda numerosos:

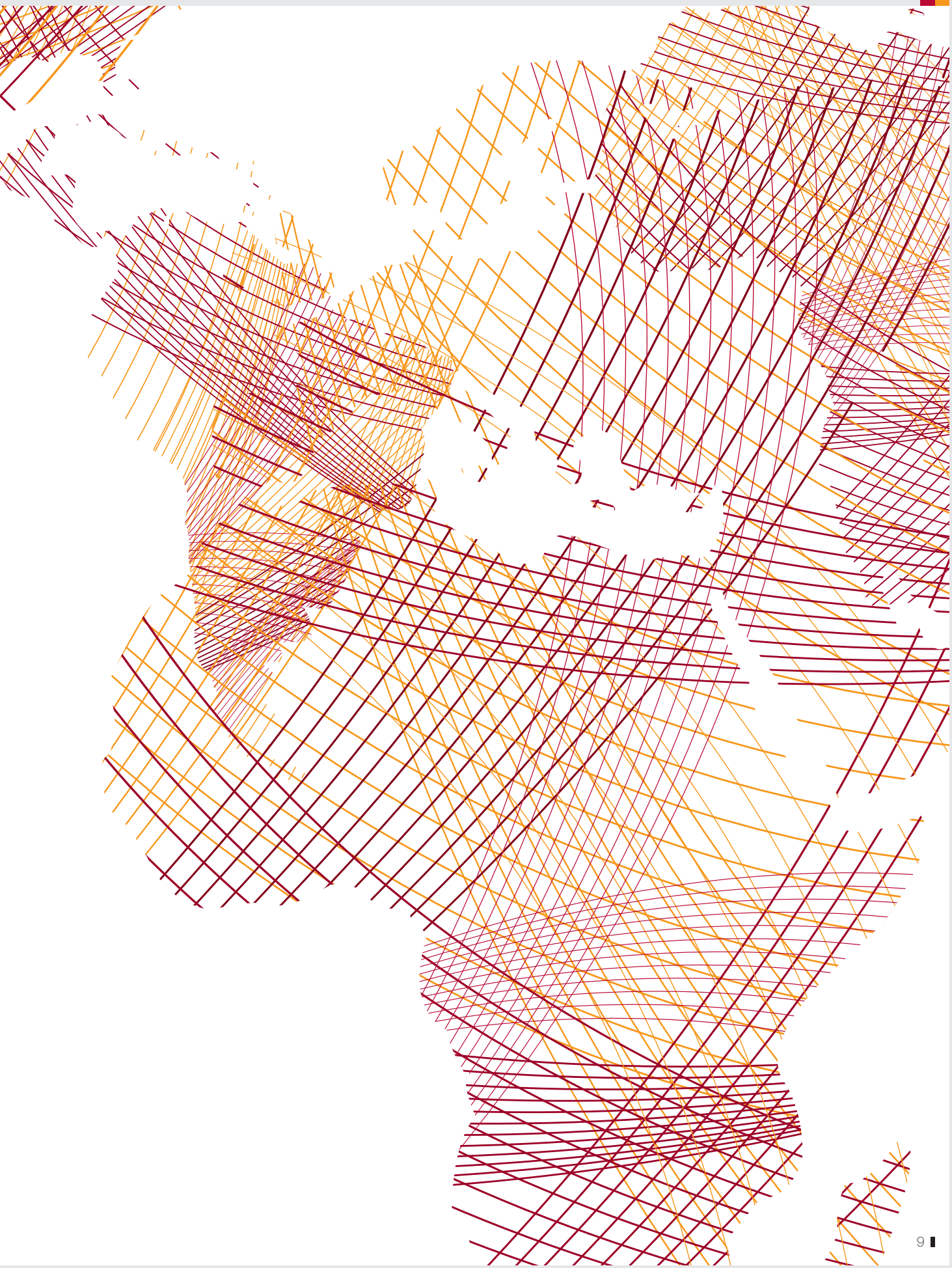
>> Organizações precisam enfrentar antigas batalhas ao mesmo tempo em que incorporam em seu trabalho novas estratégias e itens de agenda em uma ordem global em mudança;

>> A sustentabilidade de organizações do Sul está sendo constantemente ameaçada uma vez que sua infraestrutura é, com frequência, dependente de financiamento estrangeiro de curto prazo e que, para muitas delas, suas práticas de governança ainda estão em desenvolvimento;

>> Frequentemente, organizações do Sul não têm o apoio local de sua própria população e sociedade, o que dificulta a realização das reformas institucionais profundas necessárias para remediar algumas práticas sistemáticas de violação.

Na árdua jornada que temos à frente, a Conectas agradece a todos aqueles que, desde o início ou depois, acreditaram em sua missão, investiram em seu pessoal e seu trabalho, e ficaram do seu lado em algumas batalhas difíceis e desafiadoras; muito mais do que financiadores, eles são nossos parceiros e nossa inspiração.

Em particular, nossos agradecimentos vão para nossos principais financiadores históricos, a Fundação das Nações Unidas, a Fundação Ford e a Open Society Foundations, que sempre acreditaram na missão da Conectas e nos apoiaram para tornar realidade nossa visão de uma organização internacional forte sediada no Sul



LINHA DO TEMPO

2004
SG - Programa de Intercâmbio para a África Lusófona
SG - Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos

2003
PJ – Litígio Estratégico

2001
SG – Colóquio Internacional de Direitos Humanos

CONECTAS DIREITOS HUMANOS 10 ANOS

2001
Criação da Conectas

2004
PJ – Primeiro dossiê *amicus curiae* apresentado ao Supremo Tribunal Federa

PROGRAMA SUL GLOBAL - SG

PROGRAMA DE JUSTIÇA - PJ

INSTITUCIONAL - I

2005
SG – Projeto de Política Externa e Direitos Humanos

2006
SG – Criação do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa

2006
I - Status Consultivo nas Nações Unidas

2007
I – Fortalecimento do Departamento Institucional e de Comunicação

2009
I - Status de Observador na Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos

2010
SG – Representação Permanente em Genebra

2011
PJ – Representação Permanente em Brasília

2011
I – Transição da Diretoria

PROGRAMA SUL GLOBAL

Há dez anos atrás, um grupo de ativistas de direitos humanos, acadêmicos e profissionais fundou a Conectas Direitos Humanos, uma organização internacional de direitos humanos baseada em São Paulo, Brasil, com a missão de promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito no Sul Global - África, Asia e América Latina.

A Conectas foi fundada sobre algumas crenças fundamentais que ainda estão incrustadas na razão de ser da organização: defensores de direitos humanos e suas organizações do Sul Global têm que ser mais fortes e trabalhar em conjunto para exercerem um impacto maior; países do sul podem desempenhar um papel importante para defender a promoção e o respeito dos direitos humanos não somente internamente, mas também através de suas políticas externas; a relevância e a eficiência de mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos dependem da habilidade de agentes da sociedade civil em trabalhar para aperfeiçoá-los, cobrando e responsabilizando seus governos pelas decisões tomadas no âmbito destes mecanismos, e em monitorar a implementação das decisões e recomendações emanadas por estes últimos.

Entretanto, ainda há muitos problemas que se apresentam como obstáculos para a concretização dessas condições, uma vez que defensores e organizações de direitos humanos:

>> Geralmente não têm acesso a informações adequadas, conhecimento e oportunidades de compartilhamento de experiências, particularmente com organizações que trabalham em contextos semelhantes no Sul Global;

>> Sofrem com a falta de recursos e/ou familiaridade com os métodos para trabalhar com mecanismos internacionais e com as políticas externas de seus países;

>> Enfrentam novos desafios com a expansão de suas agendas de trabalho, tendo que lidar com novos temas como a relação entre desenvolvimento econômico e violações dos direitos humanos e os limites de atuação da comunidade internacional ao lidar com situações de crise ou conflito, bem como se centrar em batalhas históricas como violência policial, tortura e discriminação;

>> Alem disso, recebem pouco apoio, quando nenhum, financeiro ou político em suas próprias socidades a fim de obter a legitimidade e influcência necessárias para monitorar as decisões de seus governos, bem como cobrá-los e responsabilizá-los por não defenderem princípios de direitos humanos em suas decisões de política externa;

>> Finalmente, a agenda dos direitos humanos ainda é determinada em grande parte por países desenvolvidos ou por importantes organizações históricas internacionais de direitos humanos que têm, entre outros, os recursos necessários para produzir conhecimento e influenciar a grande mídia internacional.

Vozes mais conectadas, qualificadas e informadas do Sul Global precisam ser ouvidas para que a agenda internacional de direitos humanos seja um verdadeiro reflexo das questões de direitos humanos em todo o mundo e para que mudanças reais possam ocorrer na região.

A Conectas desenvolveu projetos em níveis regional e internacional para tratar dessas questões e contribuir para o desenvolvimento de um movimento global diverso e efetivo de direitos humanos. Essas diversas iniciativas, descritas com mais detalhes nas páginas seguintes, visam desenvolver habilidades e redes para ONGs no Sul Global a fim de fortalecer a autonomia e o impacto individual e coletivo de defensores e organizações de direitos humanos, promover e disseminar a produção de conhecimento originária do Sul, bem como responsabilizar o Brasil e os governos de outros países emergentes por suas decisões de política externa que afetam os direitos humanos:

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO PARA A ÁFRICA LUSÓFONA

REVISTA SUR

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

NOSSA METODOLOGIA

Participar de atividades de *advocacy* para monitorar e influenciar a política externa que afeta os direitos humanos

Aumentar a conscientização pública e usar mídia local e internacional para denunciar graves violações de direitos humanos e decisões problemáticas de política externas

Oferecer treinamento para a capacitação de defensores de direitos humanos e conduzir campanhas conjuntas inter-regionais de *advocacy*

Utilizar sistemas e mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos

Criado em 2005, o projeto de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas tem por objetivo:

- *Responsabilizar os governos internamente por suas políticas externas que afetam os direitos humanos, monitorando e influenciando as políticas externas de países chave, especialmente o Brasil e outras potências emergentes, para assegurar melhor proteção internacional;*
- *Promover atividades, conhecimento e iniciativas de compartilhamento de experiências inter-regionais entre organizações da sociedade civil e defensores dos direitos humanos para aumentar a eficácia e o alcance de suas ações;*
- *Utilizar mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e as Comissões Africana e Interamericana de Direitos Humanos para dar visibilidade a casos de violações dos direitos humanos e estimular Estados a cumprirem com suas recomendações.*

VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

Nos últimos seis anos, a Conectas influenciou e aumentou a visibilidade e o escrutínio público de questões relacionadas a política externa de direitos humanos, especialmente às votações do Brasil nas Nações Unidas e às posições do país em relação a crises de direitos humanos em países específicos, como Sudão, Sri Lanka, Mianmar, Irã e Coreia do Norte. Ela também foi responsável por um aumento da cobertura da mídia e uma melhora no sistema de freios e contrapesos relativos ao processo de tomada de decisões da política externa brasileira.

Por fim, tornou-se referência em trabalhar para que democracias emergentes do Sul sejam responsabilizadas internamente por seu comportamento internacional. Nas Nações Unidas, a Conectas participou de todas as principais sessões do Conselho de Direitos Humanos bem como das sessões da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Em 2010, a Conectas incluiu atividades relacionadas à Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Mais de 500 defensores dos direitos humanos de mais de 25 países receberam treinamento da Conectas, focado especialmente em garantir a participação da sociedade civil na Revisão Periódica Universal da ONU e no sistema africano de direitos humanos.

A Conectas lançou, coordenou ou participou de diversas campanhas internacionais de *advocacy* para reverter as violações dos direitos humanos em lugares como Mianmar, Zimbábue, Venezuela, Irã e Coreia do Norte.

UM ANO EM RETROSPECTIVA

> RESPONSABILIZAR O BRASIL INTERNAMENTE POR SUA POLÍTICA EXTERNA

>> O COMITÊ BRASILEIRO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA EXTERNA E A AGENDA MÍNIMA DE DIREITOS HUMANOS

Em 2011, o coordenador de política externa da Conectas atuou como Secretário Executivo do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE), um mandato que foi renovado até o início de 2013. O Comitê, uma iniciativa lançada pela Conectas em 2006, composto de ONGs, comitês legislativos de direitos humanos e do Poder Judiciário a fim de tornar o Poder Executivo mais transparente e responsável por sua política externa, tem sido uma ferramenta essencial usada domesticamente para monitorar e influenciar a agenda de política externa do país no que tange a seu respeito pelos direitos humanos.

Agenda mínima

Antes das eleições presidenciais brasileiras em 2010, a Conectas trabalhou com o Comitê para que uma agenda mínima de direitos humanos e política externa fosse adotada pelos candidatos à presidência, de modo a garantir os compromissos do Brasil com os direitos humanos, domesticamente - ao atender e cumprir com obrigações previstas na legislação brasileira e internacional de direitos humanos das quais faz parte - e internacionalmente - ao conduzir sua política externa de acordo com a prevalência dos direitos humanos, conforme estabelecido pelo artigo 4, seção II da Constituição Federal e por obrigações internacionais assumidas pelo país.

O Comitê elaborou 10 compromissos de Direitos Humanos e Política Externa aos quais a então candidata Dilma Rousseff aderiu publicamente e por meio dos quais ela se comprometeu a:

1. Aderir aos documentos regionais e internacionais de direitos humanos pendentes a fim de ampliar o espectro da proteção dos direitos humanos de todos os brasileiros;

2. Cumprir com decisões e recomendações regionais e internacionais de direitos humanos, bem como implementá-las, tornando esses esforços públicos;

3. Respeitar os prazos de entrega de relatórios para órgãos regionais e internacionais de direitos humanos. Esses relatórios devem ser redigidos de forma transparente, com um processo de consulta à sociedade civil;

4. Dar prioridade aos direitos humanos sobre outros interesses;

5. Usar a capacidade de diálogo para apoiar os direitos humanos;

6. Fortalecer os órgãos regionais e internacionais de direitos humanos;

7. Enfatizar os direitos humanos em agendas bilaterais brasileiras;

8. Garantir o acesso às informações na formulação e gestão da política externa;

9. Realizar consultas públicas com relação ao envolvimento do Brasil nos direitos humanos;

10. Garantir controle democrático sobre a política externa.

Em maio de 2011, depois que a Presidente Dilma Rousseff tomou posse, o Comitê organizou uma audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir com diferentes setores do governo sobre quais medidas seriam adotadas para a implementação da Agenda Mínima. Desde então, a agenda tem servido como ponto de referência no monitoramento e na avaliação das decisões do governo com relação aos direitos humanos e política externa.

> *"A Agenda Mínima de Direitos Humanos é de inquestionável relevância, na medida em que preenche o vazio criado pelo mandato discricionário do Poder Executivo na política externa, sevindo como um guia de referência importante para o monitoramento e avaliação das ações relacionadas à política externa brasileira relativamente aos seus aspectos de transparência e participação e, sobretudo, respeito aos direitos humanos"*
>
> Camila Asano, **Política Externa e Direitos Humanos,** Conectas

Em março de 2011, a Conectas, em parceria com a Campanha Internacional pelos Direitos Humanos no Irã (CIDHI), coordenou a visita de dois ativistas de direitos humanos iranianos e conduziu uma campanha de *advocacy* no Brasil a fim de influenciar o voto do Brasil no Conselho de Direitos Humanos. Especificamente, as organizações de direitos humanos estavam buscando o apoio do Brasil a uma resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU que estabeleceria o mandato de um Relator Especial para investigar as violações dos direitos humanos no Irã. A missão resultou no voto do Brasil a favor da resolução. Até então, a Conectas havia concentrado a maior parte de suas atividades na África, América Latina e Ásia. Apesar de claramente pertencer ao Sul Global, o Oriente Médio não havia sido até então foco direto da ação da Conectas, mas sim beneficiário indireto de alguns de seus programas, como o Colóquio Internacional e a Revista Sur. De fato, desafios como barreiras linguísticas e a ausência de fácil identificação de parceiros no campo dificultaram o envolvimeno da Conectas com a região.

À medida que a Primavera Árabe entrou na sua fase mais intensa e convocou a comunidade internacional e suas organizações da sociedade civil areagirem à situação eda região que se encontrava em constante evolução, a Conectas se concentrou cada vez mais em monitorar e influenciar a política externa do Brasil relativas às crises no Oriente Médio e na África do Norte, conduzindo campanhas de *advocacy* regionais, abrangentes, nos casos do Irã, da Líbia, da Síria e do Egito. Em particular, foram acessados mecanismos internacionais de direitos humanos, como o Conselho de Direitos Humanos da ONU, bem como intensa utilização da internet e da mídia impressa.

> ACESSO AO SISTEMA DA ONU

>> A REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DA ONU

A passagem da Conectas pelo segundo ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU) em 2011 e 2012 foi um momento crítico para expor algumas das violações centenárias do Brasil. A Conectas se envolveu no processo de preparação, enviou relatórios e coordenou os trabalhos de uma série de outras organizações da sociedade civil, incentivando-as a enviar relatórios para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. O projeto de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas trabalhou lado a lado com o Programa de Justiça para preparar um relatório sobre Violações de Direitos Humanos em Prisões e coassinar, em parceria com outras organizações, outros quatro relatórios sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, Propriedade Intelectual e Acesso à Medicamentos, Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos Humanos e Empresas No ano passado, foram envidados sérios esforços para assegurar que a RPU fosse um processo significativo através do qual o Brasil pudesse receber recomendações sólidas e importantes sobre seu histórico doméstico de questões de direitos humanos durante a sua revisão em maio de 2012. A implementação das recomendações continuará sendo um dos focos do trabalho da Conectas nos próximos anos.

Além disso, durante todo o ano passado, a Conectas trabalhou com uma série de organizações da sociedade civil parceiras para ajudar

> *"Trabalhar com o mecanismo da RPU requer dedicação contínua. A revisão não começa, e definitivamente não termina, com a avaliação do país em Genebra pelo Conselho de Direitos Humanos. Talvez, a etapa mais desafiadora desse processo comece logo após a revisão, com o processo de implementação das recomendações, a fim de se alcançar o objetivo final do mecanismo: melhorar a situação dos direitos humanos na região."*
>
> Fabiana Leibl, **Política Externa e Direitos Humanos,** Conectas

a coordenar sua participação no RPU de seus próprios países. Na Venezuela, a Conectas ministrou um curso de treinamento sobre a Revisão Periódica Universal (RPU).

>> VOZES DA AMÉRICA LATINA NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

A presença em Genebra de um representante permamente para três organizações latino-americanas (Conectas, juntamente com o CELS/Centro de Estudios Legales y Sociales de Argentina e a Corporacion Humanas de Chile) provou-se uma ferramenta essencial para a realização de atividades de *advocacy* antes, durante e depois das sessões do Conselho. Em 2011, a Conectas esteve presente na 16ª, 17ª e 18ª sessões do Conselho de Direitos Humanos (CDH) em Genebra. Atividades de *advocacy* foram conduzidas para questões relacionadas à temas específicos, bem como à países específicos tendo se concentradona situação de dos direitos humanos o Irã, na Venezuela, em Mianmar, em Honduras, na Republica Democrática Popular da Coreia, em Barein, na Libia e no Haiti, entre outras. Atividades de *advocacy* também foramrealizadas para questões relacionadas à participação remota das organizações da sociedade civil nas sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Reconhecimento como partes interessadas importantes no processo de reforma dos Comitês de Tratados

Mediante a representação conjunta em Genebra, as três organizações tiveram papel-chave durante as consultas lideradas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o processo de fortalecimento dos Comitês de Tratados, visando tornar o sistema mais consistente, coordenado e eficiente. Três reuniões de consulta foram convocadas pelo ACNUDH em 2011 e as organizações foram representadas em todas elas. Em abril de 2011, a Conectas participou da Consulta à Sociedade Civil sobre o Fortalecimento do Sistema de Comitês de Tratados da ONU realizada em Seul, na Coreia. A CELS participou da Consulta à Sociedade Civil sobre o Fortalecimento do Sistema de Comitês de Tratados da ONU que aconteceu em Pretória, na África do Sul, em junho de 2011, e também esteve presente na reunião em Dublin em novembro de 2011 quando o processo de consulta iniciado pelo ACNUDH foi concluído. As três organizações continuarão a trabalhar juntas para assegurar a participação da sociedade civil e preparar propostas substanciais para o processo de reforma que está sendo conduzindo em Nova York pelos Estados.

>> A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Desde 2010, a Conectas vem realizando atividades de *advocacy* para pressionar as autoridades brasileiras a enviar seus relatórios sobre a Convenção para os Direitos das Pessoas com Deficiência. Enquanto isso, a Conectas vem coordenando uma rede de organizações que preparará um relatório alternativo da sociedade civil para o Comitê. A passagem do Brasil pelo segundo ciclo da Revisão Periódica Universal foi uma grande oportunidade para conscientizar as pessoas sobre essas questões. Durante a revisão do Brasil em Genebra, onde a Conectas esteve presente juntamente com uma organização parceira atuando nessa questão, vários países questionaram sobre a implementação da Convenção, o que a Conectas vê como uma grande vitória para que os Direitos das Pessoas com Deficiência sejam entendidos e tratados juntamente com outros direitos fundamentais.

> SISTEMAS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS: A COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS

>> A 50ª SESSÃO

A Carta Africana estabeleceu a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

A Comissão foi inaugurada em 02 de novembro de 1987 em Addis Ababa, na Etiópia. A Secretaria da Comissão foi posteriormente estabelecida em Banjul, na Gâmbia.

Além de realizar quaisquer outras tarefas que podem ser confiadas a ela pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, a Comissão é oficialmente encarregada de três funções principais:

- *a proteção dos direitos humanos e dos povos*
- *a promoção dos direitos humanos e dos povos*
- *a interpretação da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos*

Desde 2011, a Conectas vem trabalhando com organizações parceiras africanas para capacitar organizações da sociedade civil na África a usar mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos e para fortalecer a cooperação entre as regiões do Sul Global.

O engajamento da sociedade civil nesse mecanismo do sistema de direitos humanos africano é permeado por dificuldades como atrasos em prazos de revisão e de entrega, imprevisibilidade quanto à data em que o relatório sobre um Estado será revisado pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) e fraca fiscalização da implementação das recomendações resultantes dos processos de avaliação.

No entanto, a participação da sociedade civil é essencial para proporcionar um contraponto nos relatórios dos governos e permitir que a revisão seja conduzida com base em informações confiáveis. Assim, a revisão do relatório pela Comissão Africana pode levar a melhorias na implementação dos artigos da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos.

Em 2011, a Conectas promoveu a participação de ativistas da Angola, de Moçambique, da Nigéria e da África do Sul na 50ª sessão da Comissão Africana que aconteceu em outubro, em Banjul, na Gâmbia

>> O CURSO DE TREINAMENTO

Antes da sessão, a Conectas coorganizou um curso de treinamento sobre os Mecanismos Regionais Africanos de Direitos Humanos em parceria com o Serviço Internacional para os Direitos Humanos (SIDH) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

O treinamento teve por objetivo capacitar defensores de direitos humanos e líderes de diferentes partes da África a fazer uma melhor utilização dos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos. Em particular, o curso focou na Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e no Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos. Os participantes também visitaram sede da Comissão em Banjul e realizaram uma reunião com a equipe da sede. Isso permitiu que os participantes estabelecessem contatos e desenvolvessem redes de contatos dentro da Comissão, simplificando e esclarecendo, assim, o processo de encaminhamento de casos ao tribunal, bem como encorajando-os a fazê-lo

De acordo com Maria Lucia de Silveira, da AJPD, Associação Justiça, Paz e Democracia, Angola, o treinamento foi muito útil e enriquecedor; permitiu que defensores de direitos humanos entendessem melhor o sistema africano de direitos humanos, assim como os sistemas das Nações Unidas. Ensinou sobre a importância de manter informações sobre defensores de direitos humanos em sigilo a fim de protegê-las. O Curso também permitiu que os defensores dos direitos humanos de vários países africanos interagissem e compartilhassem experiências com as estratégias utilizadas por cada organização na luta por e na defesa de defensores de direitos humanos.

> *"Durante o curso, pudemos entender que o Networking é uma das estratégias que temos de usar para permitir a ação em rede, pois nós ainda estamos muito distantes uns dos outros e essa aproximação é muito necessária."*
>
> Lucia da Silveira, AJPD – **Associação Justiça, Paz e Democracia,** Angola

>> GUIA PARA A PARTICIPAÇÂO DA SOCIEDADE CIVIL: PROCEDIMENTO DE APRESENTAÇÂO DE RELATÓRIOS SOBRE ESTADOS MEMBROS DA COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS

Durante a 50ª Sessão da CADHP, a Conectas, a Associação Justiça, Paz e Democracia (Angola) e o Serviço Internacional para os Direitos Humanos (Suíça) lançaram o "Guia para a Participação da Sociedade Civil: Procedimento de Apresentação de Relatorios sobre Estados Membros da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos". A proposta do guia é a de fornecer informações básicas para a participação de ONGs na avaliação da Comissão Africana sobre a situação dos direitos humanos em países-membross e, posteriormente, no monitoramento das recomendações para o cumprimento dos artigos da Carta Africana. Portanto, o guia descreve os desafios e apresenta dicas que podem ser utilizadas pela sociedade civil durante esse processo. A publicação se baseia em experiências da vida real das organizações que contribuíram para a sua elaboração, sendo veiculada em francês, inglês e português.

Burma mission to Brazil

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

A Conectas continuará a monitorar a política externa do Brasil por meio do seu papel ativo no Comitê de Política Externa e por meio de campanhas de *advocacy* organizadas com organizações parceiras em todo o Sul Global. A recém-aprovada Lei de Acesso à Informação será utilizada como uma ferramenta poderosa para contribuir de forma progressiva para o estabelecimento de uma cultura de transparência em questões de Política Externa e Direitos Humanos. Essa lei representa um grande potencial do qual todas as áreas da organização já estão usufruindo. A organização também realizará pesquisas sobre os limites do uso da força, a responsabilidade de proteger e a responsabilidade enquanto protege, sendo que todos aparecem como temas centrais na política externa brasileira.

A Conectas tem sido ativa no monitoramento da posição do Brasil no processo de fortalecimento do Sistema Interamericano e na denúncia da falta de diálogo com a sociedade civil. Isso deve continuar a ser uma questão importante que a Conectas continuará a seguir em 2012.

A implementação das recomendações da RPU continuará a ser um dos focos centrais do trabalho da organização no próximo ano.

Finalmente, a Conectas também aumentará o seu trabalho com organizações parceiras dos países do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) para exigir prestação de contas e mais coerência em suas políticas externas no que diz respeito aos direitos humanos.

ESC
WOMEN
MULHERES
FEMME
INDIGENOUS PEOPLES
INDIGENAS
POVOS
AUTOCTHONES
ENFANTS
IGUALDA
MUDANÇA

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O Colóquio Internacional de Direitos Humanos fortalece o impacto individual e coletivo dos defensores de direitos humanos do Sul Global ao produzir conhecimento e compartilhar experiências de forma concomitante a fim de encorajá-los a assumir papéis mais importantes na promoção dos direitos humanos em uma cena internacional. O Colóquio é um encontro internacional ímpar que mostra a profundidade e o alcance dos contatos que a Conectas estabeleceu ao longo dos anos em muitas partes do Sul Global. A diversidade da participação é uma prova da capacidade da Conectas de conduzir o seu trabalho muito além de fronteiras regionais e linguísticas porque, cada vez mais, defensores de direitos humanos enfrentam desafios que podem ser superados através de estratégias semelhantes.

NOSSA METODOLOGIA

Apresentações e debates sobre questões de grande relevância para a comunidade de Direitos Humanos

Grupos de trabalho e estudos de casos organizados entre grupos linguísticos e regionais

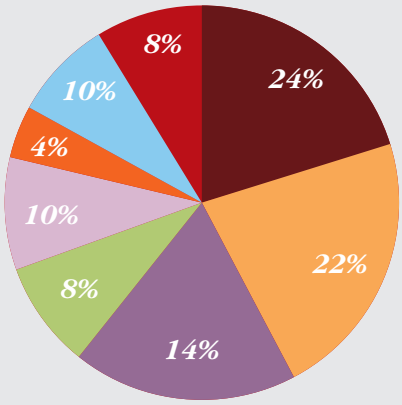
Eventos para *networking* e oportunidades para estabelecer contatos

VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Desde a sua criação, o Colóquio Internacional de Direitos Humanos reuniu mais de 1.065 defensores de mais de 65 países do Sul Global. Desde então, defensores de direitos humanos têm se reunido em São Paulo, Brasil, para uma semana de troca de experiências, capacitação e desenvolvimento de redes profissionais. O evento, organizado de acordo com uma metodologia horizontal que incentiva a inclusão de participantes como palestrantes e proporciona a análise de casos práticos concretos, promove a elaboração de estratégias e formas de enfrentar desafios. O Colóquio tem dado luz para numerosas parcerias e tem sido utilizado como plataforma da qual projetos colaborativos e campanhas conjuntas de *advocacy* tem sido lançadas. Graças ao treinamento que receberam em São Paulo, muitos defensores de direitos humanos foram capacitados para acessar os mecanismos de sistemas regionais e internacionais de direitos humanos. Graças ao apoio continuo de financiadores de confiança, o Colóquio tem conseguido se inovar e expandir tanto em relação ao seu alcance como também à sua abrangência. Inicialmente traduzido simultaneamente para três idiomas – inglês, espanhol e português – o Colóquio está agora também disponível em francês.

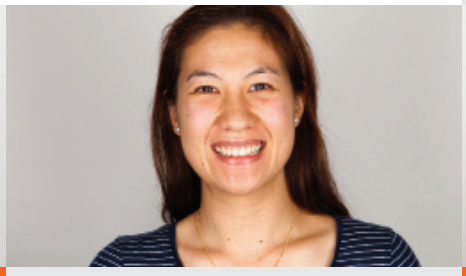
Participantes do Colóquio por Região

- Brasil - ***24%***
- América Latina - ***22%***
- África Anglófona - ***14%***
- África Lusófona - ***8%***
- África Francófona - ***10%***
- Europa Oriental - ***4%***
- Ásia - ***10%***
- Intercambistas Conectas de Moçambique - ***8%***



"Aprendi que, apesar das diferenças de língua, raça e localização geográfica, a língua dos direitos humanos e da dignidade para todos é a mesma."

Bellinda Chinowawa **Zimbábue**



"Quando você conhece pessoas de diferentes partes do mundo e você fica sabendo que elas estão vivenciando o mesmo em seu trabalho, surge um sentimento de solidariedade – saber que, se elas conseguiram superar obstáculos e desafios, a nossa região também consegue."

Maria Patrícia Cervantes **Filipinas**

"Senti que participei de um evento de alto nível para discutir assuntos atuais e extremamente relevantes. Entendi a importância das relações Sul-Sul."

Margarita Navarrete **Uruguai**

UM ANO EM RETROSPECTIVA

Participantes do XI Colóquio Internacional de Direitos Humanos.

Em 2011, a Conectas organizou o seu XI Colóquio Internacional de Direitos Humanos em São Paulo, Brasil, de 05 a 12 de novembro de 2011. Este evento de capacitação e troca de experiências teve como foco a "Implementação de Decisões e Recomendações Internacionais e Regionais de Direitos humanos" e reuniu 50 defensores de direitos humanos de 30 países do Sul Global (África, Ásia, América Latina e Europa Oriental) e 39 palestrantes e observadores, dentre eles defensores de direitos humanos, financiadores e acadêmicos.

A novidade foi a inclusão do francês como o quarto idioma oficial do Colóquio. Essa inclusão permitiu a participação de ativistas de direitos humanos de vários países de língua francesa, a saber: Marrocos, Argélia, República Democrática do Congo, Camarões, Burkina Faso e Haiti. Isso permitiu que a Conectas expandisse suas redes para países africanos de língua francesa, o que contribuirá para aumentar a abrangência do seu trabalho transregional.

O tema do XI Colóquio, "Implementação de Decisões e Recomendações Internacionais e Regionais de Direitos Humanos" foi escolhido devido a sua crescente relevância e importância no campo dos direitos humanos. Desde a sua criação, a Organização das Nações Unidas (ONU) e os sistemas regionais de direitos humanos foram cruciais na proteção dos direitos e contribuíram de forma significativa para a melhoria do Estado de Direito em várias regiões. Esses mecanismos foram, em muitos casos, o último recurso disponível para as vítimas quando as instituições locais deixaram de proteger os direitos básicos. Contudo, apesar de sua importância, são muitos os desafios para a implementação, em nível nacional, de decisões e recomendações internacionais e regionais de direitos humanos.

Durante um programa de uma semana, o tema foi discutido e analisado sob as seguintes perspectivas: Sistema de direitos humanos da ONU, incluindo comitês de tratados, procedimentos especiais, Revisão Periódica Universal e outros mecanismos inovadores da ONU para implementação, assim como sistemas regionais de direitos humanos.

> *"Em uma época de incertezas quanto à eficácia da ONU e dos sistemas regionais de direitos humanos, queríamos analisar o impacto real desses órgãos na proteção dos direitos humanos em nível local e provocar um debate crítico na sociedade civil sobre a importância desses sistemas e os obstáculos que são enfrentados."*
>
> Thiago Amparo, **Coordenador de Pesquisa e Treinamento,** Conectas

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Em 2012, o Colóquio abordará o seguinte tema: Inovação em Direitos Humanos: Repensando Agendas e Estratégias no Sul Global. Em um mundo em constante transformação, as organizações do Sul Global se deparam com a ampliação de suas agendas de atuação e a necessidade de incorporar novas estratégias.

• Novas agendas de atuação foram incorporadas a lutas históricas. Entre elas, será discutida a ligação entre o desenvolvimento econômico e violações de direitos humanos e os limites da atuação da comunidade internacional para lidar com situações de crise e de conflito.

• Novas estratégias foram incorporadas a métodos tradicionais de trabalho. Considerando a complexidade das questões de direitos humanos, a produção de conhecimento para ação continua sendo um desafio para as organizações do Sul Global. Além disso, o uso da tecnologia em prol dos direitos humanos, apesar de amplamente discutido, ainda não foi completamente assimilado em seus trabalhos.

Por outro lado, se a ampliação das agendas pode revigorar as organizações, ela também pode trazer diversos desafios. O objetivo do Colóquio de 2012 é o de discutir coletivamente sobre esses novos desafios e compartilhar experiências.

O Colóquio de 2012 está dividido em quatro assuntos:

1. Desenvolvimento econômico e violações de direitos humanos, com foco nas violações cometidas por empresas e o impacto de políticas estatais que priorizam o crescimento econômico ao acesso universal a direitos.

2. Limites da atuação da comunidade internacional e do uso da força, especialmente em situações de conflito e situações graves de direitos humanos.

3. Conhecimento para ação, discutindo particularmente a autonomia das organizações do Sul Global com relação à produção de conhecimento e aos meios de tornar o trabalho com questões prementes de direitos humanos compatível com a pesquisa.

4. Tecnologia e a aplicação de direitos, com ênfase no papel das mídias sociais e outros avanços trazidos pela revolução digital e seu impacto nas organizações de direitos humanos.

"Nos últimos anos, praticamente não houve uma conversa entre organizações do Sul Global sem que pelo menos um desses temas fosse o objeto de discussões calorosas. No colóquio, pretendemos olhar mais de perto para essas agendas e estratégias e discutir tanto sobre seus impactos nos direitos humanos como sobre os desafios que essas organizações enfrentam quando as incorporam a suas atividades diárias", explicou Lucia Nader, diretora executiva da Conectas. Em cada uma das sessões, serão discutidas tanto as mudanças que esses novos desafios trazem para a agenda de direitos humanos, quanto as estratégias utilizadas atualmente pelas organizações de direitos humanos para lidar com esses desafios.

Além disso, nós próximos anos, o Colóquio aumentará o seu alcance e profundidade ao aumentar a participação dos defensores da África Francófona, da África do Norte, do Oriente Médio e da Ásia. Ainda, para reforçar o impacto e acompanhar as oportunidades de ações colaborativas lançadas durante o Colóquio, encontros regionais menores serão realizados entre os encontros anuais.

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO PARA A ÁFRICA LUSÓFONA

NOSSA METODOLOGIA

Estudar Direito Internacional dos Direitos Humanos na renomada Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Participar de cursos complementares internos e palestras desenvolvidos pela Conectas

Visitar ONGs

Fazer um estágio em uma ONG brasileira

Participar do Colóquio Internacional de Direitos Humanos

Aplicar o conhecimento adquirido no Brasil em um projeto de direitos humanos de um ano em seu país de origem.

O Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para a África Lusófona fortalece o trabalho de ativistas de direitos humanos da África Lusófona em seus países de origem ao promover a capacitação e o aprendizado entre pares e conectar os ativistas com outros defensores de direitos humanos do Sul Global. O programa é uma iniciativa da Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA) em colaboração com a Conectas Direitos Humanos.

VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS SETE ANOS

Desde sua criação em 2004, 38 ativistas de Angola, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné-Bissau e Moçambique participaram do Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para a África Lusófona no Brasil. Concebido inicialmente como um programa de nove meses, o intercâmbio passou a ser uma experiência de cinco meses, que, segundo demonstrado pelas avaliações dos Intercambistas de 2011, permitiu que os participantes do programa realmente se concentrassem em suas atividades no Brasil e aproveitassem-nas ao máximo, sem ficar longe de casa por muito tempo. Um projeto pessoal, que é elaborado como parte do processo de inscrição, é o foco de mais um ano inteiro durante o qual eles são Intercambistas das Open Society Foundations. Graças ao tempo que passam no Brasil, graças ao conhecimento, à experiência e à rede de contatos que desenvolveram, eles implementam novas estratégias e conseguem gerar mudanças na região de maneira concreta.
Os Intercambistas tem ganhado conhecimento, treinamento, experiência e desenvolvido redes fazendo, muitas vezes, contatos importantes dentro da sua área de trabalho. Durante esses sete anos, o Intercâmbio teve um impacto profundo sobre o trabalho e as vidas de seus participantes, às vezes contribuindo para reverter práticas ancestrais de violações dos direitos humanos.

Em 2011, foi aprovada uma lei que criminaliza a mutilação genital feminina em Guiné-Bissau, em parte graças às contribuições de um antigo Intercambista da Conectas

Augusto Mario da Silva, vice-presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), foi Intercambista da Conectas em 2008, quando desenvolveu um projeto sobre como combater a prática da mutilação genital feminina em seu país de origem.
O projeto foi implantado pela LGDH e contemplava ações de *advocacy* junto a instituições públicas capazes de intervir no aspecto normativo das práticas violadoras, campanhas de conscientização pública sobre o problema por meio de conferências e campanhas de *advocacy* voltadas para líderes religiosos e comunitários, médicos, fanatecas (mulheres que praticam a mutilação) e vítimas. As contribuições da Liga forneceram instrumentos para conseguir a aprovação da lei que proíbe a mutilação genital em Guiné-Bissau. Quarenta e cinco por cento das mulheres com idades entre 15 e 49 anos são afetadas por essa prática recém-proibida devido ao seu profundo significado na cultura tradicional.

> *"A Conectas faz parte dessa vitória na medida em que participou direta e ativamente no desenvolvimento de estratégias que foram adotadas para se obter esse resultado."*
>
> Augusto Mario da Silva, **Liga Guineense dos Direitos Humanos,** Guiné-Bissau.

Augusto Mario da Silva, , Liga Guineense dos Direitos Humanos, Guiné-Bissau.

UM ANO EM RETROSPECTIVA

Para os quatro intercambistas de Moçambique que vieram para São Paulo de julho a dezembro de 2011 através do Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos para a África Lusófona, o intercâmbio foi uma experiência que mudou suas vidas. Eles ganharam conhecimento, treinamento, experiência; desenvolveram redes de contatos profissionais e fizeram contatos importantes em suas áreas de atuação; desenvolveram confiança e renovaram a motivação em seus trabalhos; foram expostos a um novo modo de vida, uma nova cultura, que afetou suas visões de mundo, de seus trabalhos e de si mesmos.

Este ano, os participantes concluíram um curso de Direito dos Direitos Humanos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP), com a renomada Professora Flavia Piovesan. Concomitantemente com sua atividade acadêmica, eles também fizeram um estágio de quatro meses em uma ONG, cujas áreas de atenção e atividade eram semelhantes as suas em seus países de origem.

Após esse período, em dezembro de 2011, os participantes voltaram ao seu país de origem onde começaram a implementar seus próprios projetos para a proteção de direitos humanos e a defesa de interesses públicos.

> *"Os estudantes do intercâmbio foram excelentes e fizeram contribuições valiosas para o nosso progresso. Sou grata pela sua participação."*
>
> Flavia Piovesan, **Professora de Direito,** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

INTERCAMBISTAS DO PROGRAMA DE 2011

Mr. Cosme Crisanto Nyusi, 33 anos, é advogado e trabalha como supervisor jurídico e técnico no Centro de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM-FD-CPJ). O projeto desenvolvido por ele durante o programa focou-se na prestação de assessoria jurídica a cidadãos de baixa renda e foi intitulado "Promoção do Acesso à Justiça a Presos em Situação de Prazos de Prisão Preventiva Violados".

"Por ter tido a oportunidade de estar em contato com a cultura brasileira, por ter experimentado o modo como os brasileiros vivem em geral, haverá uma transformação positiva na minha vida, para mim e para as pessoas que me cercam."

Ms. Ferosa Abel David Chaúque Zacarias, 31 anos, trabalha como advogada na Associação Moçambicana das Mulheres em Carreiras Jurídicas. Ela desenvolveu um projeto de assessoria jurídica intitulado "Advocacia para as Vítimas de Violência Doméstica e Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres".

"É difícil descrever em poucas palavras o que o Programa de Intercâmbio representa na minha vida profissional e social. Sou muito grata pela riqueza e diversidade das atividades do Intercâmbio e por todo o conhecimento que adquiri através desse Programa, particularmente na minha área de trabalho. Agradeço imensamente a todos que me possibilitaram ter tido a oportunidade de participar desse programa em São Paulo, Brasil. O Programa de Intercâmbio renovou meu ativismo e me consagrou como uma ativista de direitos humanos para as mulheres de Moçambique."

Ms. Katia Sofia Mussagy de Oliveira, 28 anos, trabalha como Conselheira (Psicóloga), prestando apoio a vítimas de violência doméstica e sexual na organização Muleide (Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento). No contexto do programa, ela desenvolveu um projeto para a promoção dos direitos humanos de pessoas portadoras de HIV/AIDS intitulado "Aconselhamento Psicológico para Vítimas de Violência Doméstica e Abuso Sexual Infantil".

"Por meio dessa experiência, percebi a importância de dar um tratamento humano e especializado para as vítimas (...) Poderei fazer o meu trabalho como ativista de uma forma mais organizada e estruturada, com base em conhecimento científico."

Mr. Saite António Junior, 28 anos, é pesquisador júnior e gestor do programa de governança democrática e de política social do CEMO (Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais). Seu projeto tratou do tema: "A situação dos refugiados e requerentes de asilo em Moçambique – reflexão em torno dos direitos humanos".

"O estágio, os cursos e as visitas (…) permitiram que eu acreditasse que é possível contribuir para a melhoria das condições de vida daqueles que deixam seus países em busca de uma vida melhor nos quatro cantos do mundo."

Fellows visit an NGO in São Paulo

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O intercâmbio está atualmente sendo reformulado e poderá ser reintroduzido em 2013 com um novo formato: No contexto do aniversário de 10 anos da Conectas e do desenvolvimento do novo planejamento estratégico para os próximos cinco anos da organização, a Conectas identificou a necessidade de aprofundar o seu trabalho relacionado com o papel internacional desempenhado por potências emergentes tais como Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Rússia e África do Sul. Esse processo levou à avaliação de que o intercâmbio poderia também refletir essa nova ordem mundial ao permitir que Conectas expandisse a sua rede de organizações parceiras para além de suas tradicionais áreas de foco, criando, dessa maneira, novas oportunidades para ação e pesquisa em comum.

O novo formato do intercâmbio será baseado na experiência adquirida ao longo dos últimos sete anos e manterá a seleção de um intercambista por ano de um país da África Lusófona, mantendo viva a frutífera rede que a Conectas estabeleceu nessa região. Além disso, o Intercâmbio selecionará intercambistas de novas potências emergentes. A duração do intercâmbio será reduzida para cerca de três meses, tendo sido avaliada por antigos intercambistas como sendo a ideal. Será dada ênfase a pesquisa e *advocacy*, os intercambistas continuarão a combinar experiências teóricas (cursos curtos com especialistas internos) e práticas (um estágio em uma ONG de São Paulo) com um projeto de pesquisa, além das atividades para desenvolvimento de *networking*. Eles terão a oportunidade de produzir um documento sobre política ou um artigo acadêmico relacionado com sua área de trabalho para ser enviado à Revista Sur e serão automaticamente selecionados para participar do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, como já era o caso.

O projeto de pesquisa será desenvolvido pelos Intercambistas em conjunto com a Conectas antes de sua chegada e se concentrará em uma pesquisa comparativa que possa informar e beneficiar tanto suas organizações em seus países de origem como o trabalho da Conectas, em uma experiência de intercâmbio mútuo.

sur

REVISTA SUR

NOSSA METODOLOGIA

Promover o debate diverso e informado sobre direitos humanos

Publicar autores de formações e países diversos

Disseminar uma publicação acadêmica gratuita, digital e impressa, principalmente em países do Sul Global

Procurar contribuir para a melhoria da produção acadêmica originária do Sul

A Revista SUR é uma publicação semestral que contribui para um debate crítico sobre questões de direitos humanos de uma perspectiva do Sul Global e promove o diálogo entre acadêmicos e defensores de direitos humanos do Sul Global e de outras regiões do mundo. A Revista SUR é publicada em três idiomas – português, inglês e espanhol – o que a torna a única publicação acadêmica sobre direitos humanos desse tipo. Publicada nas versões impressa e digital (www.surjournal.org), ela é distribuída gratuitamente para cerca de 2.700 assinantes em mais de 100 países. A revista também está indexada em importantes bases de dados internacionais e disponível em plataformas acadêmicas internacionais online.

VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS SETE ANOS

Desde 2004, foram publicadas 15 edições da Revista Sur, sendo 70% do conteúdo escrito por autores do Sul Global.

Desde então, em parceria com outras organizações, a Revista publicou edições temáticas sobre justiça transitória, acesso a medicamentos, direitos de imigrantes e refugiados, direitos econômicos, sociais e culturais, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, responsabilidade das empresas e os direitos de pessoas com deficiência. Todas as edições da Revista, desde a sua criação, foram revisadas por pares de um corpo de especialistas internacionais.

Em 2010, a Sur estabeleceu uma parceria com a renomada Fundação Carlos Chagas (FCC), que apoia a revista e atua em seu Conselho Editorial.

O crescente prestígio e o aumento no número de leitores da Revista Sur indicam que a publicação satisfaz necessidades legítimas de promoção de um debate crítico e informado sobre questões de direitos humanos originárias do Sul.

ALCANCE

Na tentativa de reduzir as barreiras linguísticas na condução de discussões complexas sobre questões de direitos humanos entre pesquisadores de diversos países diferentes, a Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos é publicada em três idiomas e disponibilizada na íntegra na Internet, o que facilita o seu acesso ao maior número de pessoas possível.

PLURALIDADE

A Revista Sur conta com a colaboração de pesquisadores de diversos países em um esforço sustentado para identificar questões relevantes para diferentes realidades e com o objetivo de explorar novas fronteiras no debate sobre direitos humanos. A Revista é aberta a uma pluralidade de contextos e perspectivas presentes em cada uma de suas publicações.

PERSPECTIVA

Visando assegurar consistência interna e adotar uma dimensão política e não apenas acadêmica, a revista pretende privilegiar discussões cujo foco principal esteja centrado em países do Sul Global. A ideia é inserir no debate global uma agenda marcada pelas demandas e prioridades identificadas pelo Sul em discussões sobre direitos humanos.

UM ANO EM RETROSPECTIVA

EDIÇÃO ESPECIAL EM ÁRABE

Em janeiro de 2011, foi publicada uma edição especial da Revista Sur em árabe pela primeira vez, em parceria com a organização egípcia Partners in Development for Research, Consulting and Training (PID - Parceiros em Desenvolvimento para Pesquisa, Consultoria e Treinamento). Essa edição especial reuniu artigos de acadêmicos e especialistas em direitos humanos de diferentes países do Sul Global e refletiu o trabalho apresentado na primeira conferência realizada pela Revista em 2009 no Cairo, no Egito, denominada "Debate sobre Direitos Humanos: Perspectivas do Sul", que recebeu ativistas de direitos humanos do mundo todo. Essa edição especial faz parte de um esforço constante de expandir o alcance da Revista Sur para um maior número de autores e leitores, no intuito de incluir todas as regiões do Sul Global.

A 14ª EDIÇÃO

A 14ª edição da Revista SUR, lançada em junho de 2011, foi dedicada aos direitos de pessoas com deficiência, com um debate sobre os impactos da adoção da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo em diferentes contextos nacionais e regionais, avaliando as consequências desta evolução normativa para os sistemas de direitos humanos do Sul Global.

A seleção final dos artigos da SUR pretendeu abarcar a diversidade de abordagens relativas aos direitos de pessoas com deficiência, tanto em termos de representação regional quanto de alcance temático.

Os autores debateram sobre os principais desafios para a implementação efetiva da Convenção e sobre o modo como a nova Convenção é articulada com a estrutura normativa de direitos humanos anterior. Assuntos como acessibilidade e mobilidade, educação, trabalho, capacidade legal e vida em comunidade foram de particular interesse nessa edição, e um interesse especial também foi dedicado a artigos que analisam a questão da deficiência em contextos de desastre e de conflito.

"Passamos quatro anos nas Nações Unidas redigindo o texto da Convenção. Foi o texto de Direitos Humanos aprovado mais rapidamente na história da ONU porque existe um reconhecimento global de que essa é uma causa humanitária urgente e emergente que não pode ser ignorada pelos países" – Regina Atalla, presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (RIADIS)

A 14ª edição foi lançada durante um evento público realizado durante a 11ª Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade (Reatech) em São Paulo, com um debate focado no impacto da Convenção nos sistemas nacionais e regionais de proteção dos direitos humanos e no trabalho de ativistas na área.

Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo

A Convenção da ONU, que contou com a participação de um grande número de organizações da sociedade civil durante sua negociação – notadamente organizações de defesa dos direitos de pessoas com deficiência cujo lema era "Nada sobre nós, sem nós" – foi aprovada em 2006 e entrou em vigor em 2008, contando atualmente com 153 assinaturas e 109 ratificações. Ela constitui uma das ferramentas mais importantes na promoção da inclusão social de pessoas com deficiência em todo o mundo. Entretanto, a implementação local desse instrumento varia de acordo com os contextos nacionais e regionais.

CONTEÚDO – 14ª EDIÇÃO

- MAURICIO ALBARRACÍN CABALLERO – Corte Constitucional e Movimentos Sociais: O Reconhecimento Judicial dos Direitos de Casais do Mesmo Sexo na Colômbia ;
- DANIEL VÁZQUEZ AND DOMITILLE DELAPLACE – Políticas Públicas na Perspectiva de Direitos Humanos: Um Campo em Construção;
- J. PAUL MARTIN – Educação em Direitos Humanos em Comunidades em Recuperação Após Grandes Crises Sociais: Lições para o Haiti;

• LUIS FERNANDO ASTORGA GATJENS – Análise do Artigo 33 da Convenção da ONU: O Papel Crucial da Implementação e do Monitoramento Nacionais;

• LETÍCIA DE CAMPOS VELHO MARTEL – Adaptação Razoável: O Novo Conceito sob as Lentes de Uma Grammática Constitucional Inclusiva;

• MARTA SCHAAF – Negociando Sexualidade na Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência;

• TOBIAS PIETER VAN REENEN AND HELÉNE COMBRINCK – A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na África: Avanços 5 Anos Depois;

• STELLA C. REICHER – Diversidade Humana e Assimetrias: Uma Releitura do Contrato Social sob a Ótica das Capacidades;

• PETER LUCAS – A Porta Aberta: Cinco Filmes que Marcaram e Fundaram as Representações dos Direitos Humanos para Pessoas com Deficiência;

• LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA – Entrevista com Luis Gallegos Chiriboga, Presidente (2002-2005) do Comitê *Ad Hoc* que Elaborou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência..

A 15ª EDIÇÃO

A 15ª edição da Revista SUR, lançada em dezembro de 2011, apresentou dois dossiês principais. O primeiro, voltado para a implementação de decisões de mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos em nível local, reunindo estudos de caso do Brasil, da Argentina e da Rússia sobre esse assunto. Esse conjunto de artigos destaca a importância dos mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos que constituem um local para os defensores de direitos humanos mobilizarem suas causas, chamando atenção para questões que são negligenciadas em nível nacional. Além disso, esses artigos mostram as dificuldades de se converter histórias de sucesso em fóruns internacionais em ganhos legais e políticos em nível local.

O segundo dossiê celebrou o aniversário de 10 anos da Conectas Direitos Humanos e revisitou a história e o trabalho da organização na última década. Por meio de recordações e relatos dos antigos e atuais diretores da organização, esse dossiê resume e discute as vitórias e os desafios da Conectas como uma contribuição ao diálogo entre organizações de direitos humanos do Sul Global.

"Nenhuma das iniciativas discutidas nos artigos teria sido possível sem os participantes do colóquio, os autores da SUR, os intercambistas do Programa de Intercâmbio para a África Lusófona e os parceiros do Projeto de Política Externa e do Programa de Justiça. Nada teria se concretizado sem o apoio de diversos financiadores, que, desde 2001, acreditaram e apoiaram o trabalho de uma organização com causas ambiciosas e inovadoras. A todos, nossos mais sinceros agradecimentos." – Com essas palavras, Lucia Nader, Juana Kweitel e Marcos Fuchs, diretores da Conectas Direitos Humanos, apresentaram o suplemento especial da 15ª edição da Sur.

CONTEÚDO – 15ª EDIÇÃO

• ZIBA MIR-HOSSEINI – Criminalização da Sexualidade: Leis de Zina como Violência Contra as Mulheres em Contextos Muçulmanos;

• LEANDRO MARTINS ZANITELLI – Corporações e Direitos Humanos: O Debate entre Voluntaristas e Obrigacionistas e o Efeito Solapador das Sanções;

• ENTREVISTA COM DENISE DORA – Responsavel pelo Programa de Direitos Humanos da Fundação Ford no Brasil entre 2000 e 2011.

Implementação no âmbito nacional das decisões dos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos

• MARIA ISSAEVA, IRINA SERGEEVA AND MARIA SUCHKOVA – Execução das Decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos na Rússia: Avanços Recentes e Desafios Atuais;

• CÁSSIA MARIA ROSATO AND LUDMILA CERQUEIRA CORREIA – O Caso Damião Ximenes Lopes: Mudanças e Desafios Após a Primeira Condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos;

• DAMIÁN A. GONZÁLEZ-SALZBERG – A Implementação das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Argentina: Uma Análise do Vaivém Jurisprudencial da Corte Suprema de Justiça da Nação;

• MARCIA NINA BERNARDES – Sistema Interamericano de Direitos Humanos como Esfera Pública Transnacional: Aspectos Jurídicos e Políticos da Implementação de Decisões Internacionais.

EDIÇÃO ESPECIAL - CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

• MALAK EL-CHICHINI POPPOVIC AND LUCIA NADER – Conectas Direitos Humanos: A Construção de uma Organização Internacional do/no Sul;

• OSCAR VILHENA VIEIRA AND ELOISA MACHADO DE ALMEIDA – Advocacia Estratégica em Direitos Humanos: A Experiência da Conectas;

• PEDRO PAULO POPPOVIC AND JUANA KWEITEL – Uma Revista do Sul com Alcance Global.

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

Com o intuito de incentivar a produção acadêmica de ativistas de Direitos Humanos no Sul Global, a Conectas, em parceria com a Fundação Carlos Chagas e com o apoio da Fundação Ford, lançou um programa de orientação acadêmica. O objetivo do programa é o de contribuir para o desenvolvimento do campo dos direitos humanos no Brasil ao permitir que jovens acadêmicos escrevam artigos inovadores.

Ao longo dos anos, o comitê editorial da SUR detectou certa dificuldade dos ativistas do Sul Global com talento intelectual, comprometimento social e ideias inovadoras de escrever artigos sobre direitos humanos de acordo com critérios acadêmicos. Procurando favorecer uma pluralidade de autores e trazer novas perspectivas para o campo dos direitos humanos, a SUR decidiu lançar um programa de orientação que dará oportunidade a alguns autores selecionados de obter um treinamento em redação acadêmica sob a supervisão de tutores especializados e de ter seus artigos publicados na Revista Sur. O lançamento do programa foi um grande sucesso e mais de 130 artigos foram recebidos nessa primeira chamada de artigos. Cinco artigos foram revisados e serão publicados na 17ª edição da Revista.

"Parte da riqueza da primeira edição do Programa de Orientação Acadêmica deveu-se ao seu caráter pioneiro. Nosso principal objetivo e desafio foi fornecer uma estrutura pela qual jovens pesquisadores e renomados especialistas brasileiros em direitos humanos pudessem dialogar e trocar experiências de forma eficiente para produzir artigos sólidos e inovadores. Faz parte do nosso processo de aprendizado entender como melhorar o relacionamento entre autores e orientadores de modo que boas ideias possam efetivamente se tornar argumentos sólidos em um artigo acadêmico. Acreditamos que o Programa tem um papel a preencher nesse aspecto e já estamos preparando nossa segunda edição que será realizada no próximo ano."

Laura Waisbich, **Revista Sur,** Conectas

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Nos próximos anos, o conteúdo da Revista Sur será mais voltado para profissionais incluindo, além de artigos acadêmicos, artigos mais curtos e mais práticos, bem como estudos de caso voltados para defensores de direitos humanos e profissionais.

Para expandir a distribuição e o alcance de leitores, assim como de autores em potencial, a Revista será traduzida para mais dois idiomas, possibilitando que novas regiões e comunidades acessem seu conteúdo. Os esforços de disseminação da SUR incluirão a atualização do seu site e o uso adicional de entrevistas de autores em vídeo e áudio a fim de tornar o site mais atraente para uma variedade maior de leitores. O site da SUR também será aperfeiçoado para facilitar sua utilização e permitir buscas mais eficientes nos seus arquivos. Haja vista o sucesso da primeira edição do programa de orientação acadêmica, há planos para possivelmente expandir seu alcance para incluir outros países e idiomas.

PROGRAMA DE JUSTIÇA

O Brasil ainda sofre com uma violência endêmica, com padrões profundamente enraizados de abuso policial e com sentenças e práticas de encarceramento grosseiramente injustas, entre diversos outros problemas. De uma população de 190 mil prisioneiros adultos em São Paulo, aproximadamente 40% estão em prisão preventiva e ficam ilegalmente detidos aguardando julgamento além do período máximo de três meses previsto por lei, sem acesso a advogados ou serviços jurídicos.

Esses abusos são tolerados de forma desproporcional pelas comunidades pobres e por grupos vulneráveis que não podem recorrer a tribunais e à reparação legal. Essa terrível situação é agravada pelo fato de que o litígio estratégico de direitos humanos e a advocacia pro bono de interesse público não são amplamente conhecidos nem praticadas no Brasil. Os brasileiros gostam de dizer que seu país tem "leis lindas". O problema não está nas leis propriamente ditas, mas em sua implementação altamente imperfeita – representando um fracasso coletivo das várias instituições nacionais.

Considerando o contexto da falta de aplicação das leis no Brasil, a Conectas estabeleceu seu próprio escritório de contencioso que consiste em uma pequena equipe jurídica especializada em direitos humanos constitucional e internacional que trabalha em estreita colaboração comorganizações parceiras na área de justiça criminal com a finalidade de proteger os direitos de grupos vulneráveis.

A ideia é selecionar e trabalhar com casos paradigmáticos e atividades de *advocacy* que têm potencial para desestabilizar práticas institucionais de violações sistemáticas de direitos humanos, criando um constrangimento político, gerando debate público e promovendo a responsabilização dos autores de violações de direitos humanos.

Além disso, a Conectas trabalha para influenciar o debate Constitucional brasileiro para fortalecer o papel do Supremo Tribunal Federal na proteção dos direitos humanos ao assegurar que a interpretação das leis seja favorável aos direitos humanos e aos direitos das minorias, especialmente através do uso do *amicus curiae*. Em 2011, a Conectas iniciou um projeto piloto para monitorar o impacto do Desenvolvimento nos direitos humanos.

JUSTIÇA CRIMINAL

DEBATE CONSTITUCIONAL

O PROGRAMA DE JUSTIÇA

NOSSA METODOLOGIA

Desenvolver litigio estratégico e *advocacy* em níveis nacional e internacional

---

Influenciar o debate constitucional brasileiro *(Amicus Curiae)*

Monitorar os Poderes Executivo e Legislativo do governo em questões de justiça criminal em parceria com um grupo de organizações

---

Participar de debates públicos para influenciar a elaboração de políticas públicas e leis que assegurem a promoção e a proteção dos direitos humanos

VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS OITO ANOS

Desde 2003, a Conectas entrou com 65 ações de indenização por danos e procedimentos administrativos referentes a casos de tortura ou morte em unidades do sistema prisional juvenil brasileiro, tendo alcançado grandes vitórias como o aumento dos padrões de indenização judicial. Nos últimos anos, suas atividades se estenderam ao controle de práticas abusivas no sistema prisional adulto brasileiro. Resultados importantes foram alcançados, como a desativação da cadeia com a maior superlotação no Espírito Santo e a remoção de prisioneiros detidos em contêineres de metal naquele estado.

A Conectas é responsável por mais 15 outras ações estratégicas relacionadas com violência policial e sistema prisional, parte delas no sistema das Nações Unidas e mecanismos regionais de direitos humanos.

Na busca de apoiar ações judiciais que envolvem a garantia dos direitos fundamentais e de participar do debate constitucional brasileiro, a Conectas enviou 42 *amici curiae* ao Supremo Tribunal Federal desde 2004.

A organização também foi pioneira na elaboração de ações juridicas para defender a implementação de políticas de saúde pública no Brasil e para superar os efeitos negativos de proteções a propriedades intelectuais no acesso a medicamentos essenciais. Hoje, ao se adaptar à realidade em constante evolução das violações dos direitos humanos, a Conectas está ampliando a abrangência do seu trabalho e se envolvendo em causas relacionadas a desenvolvimento de direitos humanos.

UM ANO EM RETROSPECTIVA

> A JUSTIÇA CRIMINAL E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

>> O PROJETO DE BRASÍLIA

Em fevereiro de 2011, a Conectas, em parceria com as organizações Instituto Sou da Paz e Pastoral Carcerária, estabeleceu uma-presença em Brasília a fim de monitorar e influenciar os Poderes Executivo e Legislativo na área da Justiça Criminal. O Projeto de Brasília, como é chamado, estabeleceu um diálogo produtivo com diversos tomadores de decisão em matéria de justiça criminal, tanto no Congresso como no Poder Executivo e gerou algumas mudanças positivas no debate legislativo.

O intenso trabalho de *advocacy* do representante da Conectas em Brasília resultou em uma vitória importante neste ano, quando o Congresso aprovou a lei das medidas cautelares alternativas para a detenção de suspeitos, que foi finalmente aprovada em julho de 2011 e tem potencial para reduzir de forma significativa a detenção preventiva, uma vez que aumenta a lista de medidas cautelares que podem ser tomadas por um juiz em um processo criminal. Antes dessa lei, o juiz tinha apenas duas opções de medidas cautelares para aplicar a um réu que aguarda julgamento: determinar a sua prisão preventiva ou conceder ao réu a liberdade provisória. A lei aumentou para onze o número de alternativas e abole o uso de prisão preventiva em casos de delitos mais brandos para os quais a pena máxima é menor do que quatro anos. Essa lei representa um progresso importante na luta da Conectas contra o uso abusivo de prisão preventiva.

>> PRISÃO PREVENTIVA

A decisão adotada em dezembro de 2011 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que ordenou que presos permanentes fossem transferidos para estabelecimentos adequados em vez de serem mantidos em delegacias ou prisões públicas representou uma vitória na luta contra o uso abusivo da prisão preventiva. Nesse caso, a Conectas apoiou a separação de presos preventivos de presos permanentes através de *amicus curiae* e do forneceimento de dados atualizados que ilustram que violações sistemáticas de direitos humanos de prisioneiros ainda são uma realidade no Estado de São Paulo. Essa decisão é significativa uma vez que ela contribui para a luta contra uma das principais causas de abuso dos direitos humanos nas prisões que é a superlotação. Apesar de a admissão da Conectas como *amicus curiae* ter sido rejeitada pelo juiz relator do caso, a petição permaneceu nos autos e os argumentos lá contidos foram considerados pelo juiz Antonio Malheiros durante o julgamento.

> *"O trabalho técnico comprometido, consistente e rigoroso de advocacia com os Poderes Legislativo e Executivo foi essencial para assegurar algumas garantias básicas e criar novas propostas legislativas e políticas para os problemas da justiça criminal brasileira, que são inúmeros. Desenvolvemos estratégias de longo prazo com organizações parceiras, unindo habilidades e conhecimento por um ideal comum. Embora a tarefa seja árdua, tivemos algumas vitórias importantes, como a lei de medidas cautelares alternativas e a redução de sentença de prisão para aqueles que estudam."*
>
> Vivian Calderoni, **Programa de Justiça,** Conectas

>> DIREITO À EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

O direito à educação nas prisões foi uma causa pela qual a Conectas começou a lutar em 2011 ao participar de debates públicos e mobilizar parceiros para desenvolver ações concretas. Apesar de a educação nas prisões ser um direito previsto na legislação brasileira, apenas 8%

da população carcerária do Estado de São Paulo realmente se beneficiam dele. A importância de se oferecer a educação a prisioneiros, entretanto, é inquestionável, especialmente sob a perspectiva da "inclusão". O acesso à educação deve ser universal; privar os detentos desse direito é descriminação e reforça a lógica da exclusão que já é presente em suas vidas. A Conectas, juntamente com diversas organizações parceiras e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, trabalhou ao longo do ano para mover uma ação civil pública para garantir o direito à educação para as mulheres da penitenciária feminina de Santana em São Paulo, onde, das 2.636 presas, apenas 11% têm a chance de estudar e 79% das mulheres que não estudam gostariam de fazê-lo.

Além disso, em junho de 2011, a lei que garante a redução da sentença de prisão para aqueles que estudam foi finalmente aprovada. Essa lei tem potencial para aumentar o acesso à educação entre a população carcerária do Brasil. A aprovação dessa lei, a qual a Conectas apoiou juntamente com as organizações parceiras através do Projeto Brasília, corrige uma falha da Legislação Penal Brasileira que, até agora, só permitia a redução da pena para aqueles que trabalham. A redução da pena para aqueles que estudam seguirá a mesma escala proporcional que a redução da pena para aqueles que trabalham e ajudará a promover o acesso à educação para a população carcerária do Brasil.

>> FORTALECIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Neste ano, a Conectas intensificou seu trabalho para fortalecer e melhorar a eficácia das Defensorias Públicas no nível federal e no Estado de São Paulo. Considerando que o trabalho da Defensoria Pública, em sua maior parte, diz respeito ao sistema de justiça criminal, a Conectas colaborou com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo na formulação de uma política institucional sobre o tratamento de presos provisórios, realizando atividades de *advocacy,* participando em audiências públicas, e enviando sugestões sobre aspectos procedimentais, condições de encarceiramento e realizando visitas de monitoramento mensais aos Centros de Detenção Provisória de São Paulo. No nível federal, foram realizados trabalhos bem-sucedidos para a criação de uma Ouvidoria externa para a Defensoria Pública da União. Em um *amicus curiae*, Conectas defendeu a independência das Defensorias Públicas dos Estados do Maranão e de Minas Gerais, defendendo a idéia de que a instituição não deveria ser subordinada a nenhuma autoridade pública, como por exemplo o governo.

AS DEFENSORIAS PÚBLICAS

Apesar de a constituição brasileira estabelecer que o governo deve fornecer assessoria jurídica gratuita para todas as pessoas residentes no Brasil (brasileiros ou não), isso não ocorre de fato na prática, uma vez que a maior parte dos estados brasileiros não aprovou ainda a criação de suas próprias defensorias públicas. Quando elas existem, as defensorias públicas geralmente estão com excesso de trabalho, contando com uma pequena equipe de defensores públicos e, frequentemente, não são completamente independentes para realizar o seu trabalho. Como resultado, milhões de pessoas não têm acesso à assessoria jurídica gratuita, ficando o acesso limitado a apenas alguns poucos.

> *"A independência da Defensoria Pública é essencial; essa é uma instituição vital para garantir o acesso à justiça e para promover os direitos humanos para pessoas vulneráveis que precisam dos serviços de assessoria jurídica gratuita do governo."*
>
> Rafael Custodio, **Programa de Justiça,** Conectas

>> PREVENÇÃO À TORTURA – ACESSO AO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 2011, a visita de monitoramento do Subcomitê de Prevenção dA Tortura (SPT) das Nações Unidas estabelecido pelo Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura (OPCAT), que o Brasil ratificou em 2005, a todos os lugares onde as pessoas são privadas de liberdade, foi uma oportunidade para a Conectas levantar algumas das questões críticas nas quais a organização vem trabalhando. Ao assessorar e servir como um dos principais interlocutores do SPT durante suas visitas, a equipe da Conectas e organizações parceiras contribuíram para o relatório final do SPT ao assegurar que as seguintes medidas essenciais fossem incluídas nas recomendações do Subcomitê: • Criação de um Mecanismo Nacional para Combater e Prevenir a Tortura, bem como a criação de mecanismos estaduais.

• Fortalecimento do papel da Defensoria Pública, especialmente com a presença permanente de defensores públicos nos estabelecimentos prisionais.

• Independência das agências responsáveis pela preparação de relatórios

médicos e periciais (Institutos e Departamentos Médicos Legais) da estrutura institucional da polícia.

• Fim das revistas pessoais vexatórias dos parentes dos prisioneiros.

Após essa visita, a Conectas continuou – e continuará – a monitorar e a pressionar as autoridades brasileiras para assegurar que o relatório do SPT seja amplamente disseminado e para que sejam dadas respostas as suas recomendações.

Para ampliar a discussão dessa questão, a Conectas coorganizou a Primeira Consulta Regional com o Relator Especial de Tortura da ONU que foi realizada em junho de 2011 em Santiago (Chile). Quarenta especialistas em direitos humanos envolvidos nos processos de elaboração de políticas em seus países e representantes de organizações da sociedade civil participaram da reunião. Eles concordaram quanto à necessidade de mecanismos de fortalecimento para prevenção e sanção contra a tortura na região. Juan Méndez, o Relator Especial da ONU, enfatizou que a tortura não é eliminada unicamente pelo fato de existir governos democráticos na América Latina; sua erradicação dependerá do compromisso dos Estados com a implementação de políticas sistemáticas. Ainda, a Consulta foi uma oportunidade para que as ONGs realizassem um diagnóstico conjunto da situação na região. A Conectas aproveitou a oportunidade para denunciar o impacto da superlotação carcerária no país, a falta de acesso adequado à justiça e o abuso da prisão preventiva.

O RELATÓRIO DO SPT

Publicado em junho de 2012, o relatório revela que "a proibição da tortura é amplamente ignorada" no Brasil. A revelação foi feita pelos membros do Subcomitê de Prevenção de Tortura (SPT) das Nações Unidas após uma série de visitas a instalações carcerárias em todo o país em setembro de 2011. O documento reconheceu que a estrutura jurídica brasileira para a tortura é adequada, mas não é aplicada. "O SPT está preocupado com a distância entre a lei e a sua aplicação na prática uma vez que a maior parte dos direitos e das garantias previstos na legislação nacional são amplamente ignorados."

Quando ratificou o Protocolo à Convenção contra a Tortura em 2005, o Brasil concordou em criar um Mecanismo Preventivo Nacional (MPN) para a tortura. Um projeto de lei para a criação desse mecanismo foi finalmente preparado no ano passado pelo Poder Executivo e aguarda votação no Congresso. Em seu relatório, o SPT foi enfático quanto à necessidade de se fazer alterações importantes nesse projeto de lei a fim de garantir um processo aberto, transparente e inclusivo – especialmente com relação à sociedade civil – para a seleção e nomeação dos membros do MPN.

>> RESULTADOS VITORIOSOS DO TRABALHO DESENVOLVIDO NO SISTEMA PRISIONAL JUVENIL

Durante os últimos anos, a Conectas promoveu ações de litígio estratégico em nome de adolescentes detidos na Fundação Casa visando à reparação de vítimas de abuso, penalidades para os perpetradores e mudanças em práticas institucionais. Em fevereiro de 2011, a Fundação Casa foi condenada a pagar R$ 300.000,00 de indenização para a família de R.G., um adolescente que foi morto por outros internos em suas instalações em 2003. Em uma decisão sem precedentes, a indenização por danos morais incluía o pagamento de uma pensão mensal pela Fundação Casa para a mãe da vítima. O objetivo da Conectas na luta por sentenças de indenização é o de enviar uma mensagem pública de que essas vidas têm valor. Outra decisão judicial, em abril de 2011, condenou a Fundação Casa por maus tratos e uso excessivo de violência: ela foi condenada a pagar o equivalente a 100 salários mínimos (um valor total de R$ 55.000,00) para o adolescente D.S.S. como indenização pela agressão sofrida em 08 de dezembro de 2005, que resultou na perda do seu olho direito. Após o incidente o Tribunal Interamericano ordenou que as instalações fossem fechadas devido às violações de direitos humanos que haviam ocorrido lá.

> DEBATE CONSTITUCIONAL REFERENTE AOS

> *"A visita do SPT trouxe um desenvolvimento positivo inesperado. Ela ajudou a mobilizar organizações da sociedade civil e deve contribuir para a aprovação dos mecanismos estaduais de monitoramento, principalmente no Estado de São Paulo, exigidos pelo OPCAT para a prevenção da tortura e que o Brasil ainda não estabeleceu. Isso precisa acontecer o mais breve possível para que possamos colocar um fim nas terríveis violações de direitos humanos que estão ocorrendo nas delegacias e prisões de todo o Brasil."*
>
> Marcos Fuchs, **Diretor Adjunto,** Conectas

DIREITOS FUNDAMENTAIS

>> OS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Ao defender os direitos das crianças, a Conectas e organizações parceiras foram aceitas como *amicus curiae* em novembro de 2011 para defender a constitucionalidade de uma política pública que estabelece faixas etárias e horários de veiculação para programas de televisão (sistema de classificação) que havia sido contestada pelo Partido Trabalhista (PT). Considerando que 96% dos lares brasileiros são equipados com um aparelho de televisão e que as crianças brasileiras assistem à televisão, em média, cinco horas por dia, o impacto da televisão no desenvolvimento da saúde mental e emocional das crianças é inquestionável e sua proteção é de grande importância.

> DIVERSOS TEMAS DE DIREITOS HUMANOS DEFENDIDOS PERANTE O SEGUNDO CICLO DE RPU DO BRASIL

A segunda passagem do Brasil pela Revisão Periódica Universal, um processo único criado em 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas que envolve uma revisão do histórico de direitos humanos de todos os 193 Estados Membros da ONU a cada quatro anos e meio, foi uma oportunidade para a Conectas, juntamente com organizações parceiras, assegurar que algumas das violações dos direitos humanos que ainda persistem no Brasil, sejam levadas em consideração e tratadas com mais coerência e equilíbrio pelas autoridades brasileiras, especialmente àquelas que dizem respeito à violência e tortura no sistema penitenciário e aquelas cometidas por empresas multinacionais em grandes projetos de desenvolvimento, como o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A Conectas elaborou e coassinou, em parceria com outras organizações, cinco relatórios sobre: Direitos das Pessoas com Deficiência, Propriedade Intelectual e Acesso à Medicamentos, Saúde Sexual e Reprodutiva, Direitos Humanos e Empresas e Violações de Direitos Humanos nas Prisões. Durante a passagem oficial do Conselho de Direitos Humanos da ONU em maio de 2012, do qual a Conectas participou, muitas dessas questões foram levantadas. Entretanto, a parte mais difícil começa agora com os desafios da implementação do que foi levantado durante a revisão.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

A Conectas continuará a atuar dentro do escopo de suas áreas históricas de atenção, como Justiça Criminal e o Sistema Penitenciário brasileiro e Direitos Fundamentais, mediante o uso das estratégias apresentadas aqui como o Projeto Brasília, o fortalecimento da Defensoria Pública e o acesso a sistemas regionais e das Nações Unidas. Além disso, alguns eventos recentes também terão um impacto profundo no trabalho da Conectas nos próximos anos e se tornarão, gradualmente, áreas de atenção ou novas estratégias para nos ajudar a realizar o nosso trabalho de maneira eficiente:

• Desenvolvimento e Direitos Humanos: Em uma realidade como a do Brasil onde as empresas passaram a ter um papel desproporcional geralmente favorecendo o lucro acima de qualquer outra coisa e, às vezes, cometendo violações de direitos humanos que restam impunes, é provável que a relação entre o desenvolvimento econômico e direitos humanos se torne uma área de atenção ainda maior nos meses e anos que estão por vir. A organização participou do Grupo de Trabalho de Empresas e Direitos Humanos da ONU. A Conectas também publicou e disseminou as Diretrizes Ruggie (os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas) em português e organizou um debate durante o 7º Congresso GIFE em São Paulo para discutir a questão. Nos próximos anos, a Conectas focará cada vez mais na relação entre Desenvolvimento e Direitos Humanos como uma fonte de violações de direitos.

• Lei de acesso à informação: em maio de 2012 entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação. A Conectas acredita que essa lei fortalece seus métodos de trabalho e pode ser extremamente importante para o sucesso de seus projetos, particularmente no que diz respeito às atividades relacionadas ao sistema penitenciário e à Política Externa brasileira. Nessas duas áreas, a falta de acesso à informação de qualidade e a "cultura da opacidade" são desafios que se apresentam como impedimentos importantes para as mudanças nas quais a Conectas tem trabalhado de forma ativa.

"A Lei do Acesso À Informação é uma nova ferramenta à disposição das organizações de direitos humanos. Como ela é muito recente no Brasil, estamos atualmente testando a sua aplicação e discutindo a sua interpretação, exigindo que os órgões públicos levem a sério o fato de que a lógica da transparência é a regra e o sigilo uma exceção", disse Flavia Annemberg, Programa de Justiça da Conectas.

ÁREA INSTITUCIONAL

NOSSO VALOR

Para a Conectas, o Idealismo é um princípio positivo profundamente enraizado na mentalidade daqueles que contribuem com sua missão. É o que propiciou à organização a capacidade de estar na vanguarda, de adotar um olhar visionário do mundo. Essa é a força que tem nos levado a buscar excelência em tudo o que produzimos, desde nossa contabilidade até nossos relatórios anuais, desde nossas atividades de campo com presos e vítimas até atividades de advocacy em nível internacional. Idealismo significa que, apesar das dificuldades, sabemos que ainda podemos fazer a diferença.

A habilidade da Conectas de se conectar é uma força essencial. Ela conecta organizações, ativistas uns com os outros, mídia com organizações parceiras, ou defensores de direitos humanos com tomadores de decisões ou mecanismos internacionais. Através de seu Colóquio Anual, de seu Programa de Intercâmbio, da Revista Sur, de seu Projeto de Política Externa e de seu Programa de Justiça, a organização acabou criando sólidas parcerias em todo o Sul Global e no Brasil. A Conectas não poderia ser Conectas se não fosse por sua habilidade de se envolver em parcerias significativas.

Para uma organização como a Conectas, a inovação e a habilidade de se reinventar constantemente são capacidades inestimáveis: inovação como habilidade de ousar novos projetos, testar novas ideias, reconhecer erros e aprender com eles. Acreditamos que a inovação seja uma característica central da proteção dos direitos humanos uma vez que força organizações e ativistas algumas vezes a considerar problemas centenários, como a tortura ou a violência contra a mulher, sob uma perspectiva nova, diferente.

Acima de tudo, o que a Conectas busca é influenciar positivamente as vidas de vítimas de violações de direitos humanos: as vítimas de violência policial, os homens e mulheres encarcerados, os jornalistas ou os ativistas de direitos humanos privados de liberdade de expressão ou associação, as populações deslocadas em nome do "desenvolvimento", são os beneficiários finais da ação da Conectas. Por meio de seus diferentes projetos, a Conectas procura estabelecer, manter ou fortalecer a promoção e a proteção de direitos humanos para as vítimas.

VISÃO GERAL DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

No decorrer dos últimos 10 anos, o departamento Institucional da Conectas evoluiu para se adaptar às realidades em constante mudança do mundo em que a organização atua. Desde a sua criação em 2001, o alcance e a profundidade de ação da Conectas tem aumentado e se desenvolvido constantemente. A partir de uma ideia de um grupo de defensores de direitos humanos e de acadêmicos do Sul Global, a organização tornou-se uma referência no campo dos direitos humanos. Para acompanhar a evolução e o crescimento de seus projetos, a área institucional também sofreu transformações com o tempo. Hoje, a Conectas é uma organização com 30 pessoas, com um representante em Brasília e um representante em Genebra, e um orçamento anual de US$ 2,3 milhões por ano (2011). As conquistas da Conectas, porém, não se resumem a esses números.

Ao longo dos anos, os departamentos institucional, de comunicação, de finanças e de administração da Conectas foram trazidos para mais perto dos projetos para ficarem mais integrados com as atividades da organização, com seus processos de tomada de decisão e mais bem posicionados para superar os desafios inerentes à missão da Conectas. A estrutura institucional adotada reflete a crescente abrangência e alcance de seus programas. Simultaneamente, a organização também fortaleceu seus processos de governança e suas políticas institucionais, graças, em parte, ao envolvimento do Conselho Deliberativo e de seu Comitê Executivo na rotina diária da organização.

Por fim, a Conectas multiplicou e diversificou suas fontes de financiamento e lutou para garantir o financiamento de base e o apoio institucional de seus financiadores históricos. Hoje, a Conectas reconhece e tem orgulho de contar com fundações brasileiras e internacionais entre seus financiadores, sendo todas elas instituições das mais respeitadas e prestigiadas na área de direitos humanos.

> *"O processo de transição, particularmente dos fundadores de uma instituição, é sempre uma oportunidade para fortalecer a estrutura de sua governança. A Conectas assumiu esse desafio de maneira aberta e estratégica, preparando o caminho para uma organização mais sustentável, eficaz e relevante."*
>
> Andre Degenszajn,
> **Comitê Executivo,** Conectas

UM ANO EM RETROSPECTIVA

TRANSIÇÃO DA LIDERANÇA

Após um período de transição de sete meses, Malak Poppovic e Oscar Vilhena Vieira deixaram a Diretoria da Conectas no final de março de 2011. A nova liderança – Lucia Nader, Juana Kweitel e Marcos Fuchs – tendo trabalhado na Conectas por muitos anos. A transição da liderança foi conduzida de forma tranquila pelo Conselho Deliberativo, com a assessoria de uma consultora externa para definir papéis e responsabilidades e elaborar o novo organograma da organização.. A transição foi um período frutífero para se repensar os processos internos e a estrutura deuma organização que, desde a sua criação, em 2001, apresentou um crescimento contínuo em termos de equipe, orçamento e atividades. Atualmente, Oscar Vilhena atua no Conselho Deliberativo e Malak Poppovic é Assessora Sênior para Projetos Especiais.

GOVERNANÇA E CAPACITAÇÃO

Uma das prioridades institucionais em 2011 foi o fortalecimento da liderança e dos mecanismos de governança da organização. Para isso, o papel do Conselho Deliberativo, em particular, foi fortalecido e seus membros foram trazidos para mais perto do trabalho quotidiano da organização. O papel do Comitê Executivo (CE) do Conselho também foi ampliado, colocando os membros do CE em contato regular com o três diretores.

A capacitação da equipe também foi um foco de atenção importante do último ano. A organização ofereceu aulas de inglês para a equipe e muitos participaram de cursos e treinamentos específicos no Brasil e no exterior. Além disso, uma vez por mês, a instituição realizou fóruns de diálogo interno, com um convidado externo e um especialista de uma área específica para discutir, debater e testar as ideias da organização sobre assuntos específicos. Essas discussões giraram, entre outras questões, em torno de questões da Primavera Árabe, do conceito de Responsabilidade de Proteger, da lei brasileira de Acesso a Informação, e das consequências da guerra contras as drogas no sistema prisional nacional.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2011, a Conectas comemorou seu aniversário de 10 anos, um marco importante que nos levou a fazer uma avaliação das conquistas dos últimos 10 anos e a desenvolver um plano estratégico para os próximos cinco (2012- 2016). Esse planejamento nos permitiu desenvolver uma visão para a organização daqui a cinco anos, uma visão baseada na realidade do mundo em constante mudança e na ambição da Conectas de influenciar essa nova ordem mundial para melhor. Essa visão nasceu dos valores que têm movido e motivado a organização, seus projetos e sua equipe nos últimos dez anos e que continuará a fazê-lo. Outro passo importante que foi dado em 2011 foi o início de um plano estratégico de cinco anos. O plano começou a ser desenvolvido em outubro de 2011 por meio de diversas reuniões e workshops com a participação toda a equipe da organização. Os membros do Comitê Executivo do Conselho Deliberativo também participaram de determinadas fases do processo. Com a ajuda de uma consultora externa, a missão, os objetivos estratégicos e o conteúdo dos programas da organização foram revistos e alguns deles foram redefinidos e/ou tiveram seu foco redirecionado. Esse planejamento, que foi concluído em 2012, representou uma oportunidade para os programas repensarem sobre si próprios e avaliarem de maneira crítica os diferentes projetos que vêm desenvolvendo nos últimos 10 anos.

Embora o plano de cinco anos tenha sido iniciado em 2011, um plano tático de três anos e um plano operacional anual foram elaborados em 2012 com base no plano estratégico.

> *"O processo de planejamento estratégico foi um evento muito singular tanto para a organização como um todo quanto para cada membro da equipe. Ele nos reuniu em um momento de reflexão profunda sobre o nosso trabalho, seu significado para nós e para o mundo em que atuamos. Ao sair desse processo, acho que todos nós sentimos que não estamos apenas contribuindo para a missão da Conectas, mas, na verdade, estamos todos também participando da sua elaboração, e isso é uma motivação incrivelmente forte."*
>
> Muriel Asseraf, **Desenvolvimento Institucional** Conectas

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O departamento institucional da Conectas continuará envidando seus esforços para assessorar e apoiar o trabalho dos projetos e programas da Conectas. Além disso, a área institucional será incrementada para implantar as seguintes mudanças:

Contribuir para o engajamento da sociedade brasileira na concretização dos direitos humanos em níveis nacional e internacional: Tendo saído há algumas décadas de uma era de ditadura, a sociedade brasileira não tem muito interesse por ativismo político muito de ativismo político. Ainda assim, organizações de direitos humanos como a Conectas precisam do apoio da sociedade como um todo para gerar mudanças em todos os níveis. A sociedade brasileira precisa responsabilizar o Brasil pelas violações de direitos humanos que comete internamente e no exterior.

Aperfeiçoamento de nossas Estratégias de Comunicação: Os contatos com a imprensa serão fortalecidos e multiplicados para disseminar a voz e a opinião da Conectas na mídia comercial por meio de entrevistas e colunas de opinião. O site se tornará uma ferramenta estratégica para definir a posição da Conectas em diversas questões, graças à produção de conteúdo de artigos, vídeos e áudio; As páginas de mídia social da Conectas no Facebook e no Twitter serão revigoradas graças ao desenvolvimento de itens mais curtos e de conteúdo visual. Eventos públicos serão organizados para promover um debate crítico de questões relacionadas com a agenda de Direitos Humanos e atrair a atenção da mídia e do público.

Ao mesmo tempo, a Conectas plantará as sementes para uma campanha de captação de recursos no Brasil. Atualmente, dos 23 financiadores que financiam a organização, somente dois são brasileiros. Para alcançar sustentabilidade no longo prazo, a organização precisa ser capaz de contar com doações locais.

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE

MEMBROS DO CONSELHO

MARGARIDA BULHÕES PEDREIRA GENEVOIS (presidente)
Coordenadora, Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos

ANAMARIA SCHINDLER*
Ashoka Empreendedores Sociais

ANDRÉ RAICHELIS DEGENSZAJN*
Gerente de Conhecimento, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)

CLAUDE GRINFEDER
Membro do Conselho, Marjan Ind. Farmacêutica

GUILHERME LUSTOSA DA CUNHA (in memoriam)
Advogado e ex-funcionário ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

MARIA TEREZA PINHEIRO
Jornalista, Rede Globo de Televisão

OSCAR VILHENA VIEIRA*
Diretor, Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas

SANDRA CARVALHO
Diretora, Justiça Global

SÉRGIO FINGERMANN
Artista Plástico

THEODOMIRO DIAS NETO*
Professor, Fundação Getúlio Vargas

CONSELHO FISCAL

ANA LUCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA
Diretora, Instituto Alana

FABIO CARUSO CURY
Advogado, Cury Advogados Associados

FLAVIA REGINA DE SOUZA*
Advogada, Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

** Membros do Comitê Executivo.*

FINANCIADORES

A Conectas agradece a seus atuais principais financiadores

Comissão Européia
Fundação Ford
Fundação Carlos Chagas
Investimento Social Família A. Jacob e Betty Lafer
OAK Foundation
Open Society Foundations
The Sigrid Rausing Trust

Também agradecemos o apoio, em 2011, de:

Embaixada da Austrália no Brasil
Channel Foundation
Democracy Coalition Project
Embaixada da França no Brasil
Friedrich Ebert Stiftung – Brasil
Ei Viu! Design e Comunicação
Embaixada da Irlanda no Brasil
MacArthur Foundation
Overbrook Foundation
Peixoto e Cury Advogados
Embaixada da Suíça no Brasil
The Talheimer Foundation
The Swedish Foundation for Human Rights

ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE
CNPJ No. 04.706.954/0001-75
Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
Quadro I - Balanço patrimonial
Quadro II - Demonstração do superávit (déficit) do exercício
Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio social
Quadro IV - Demonstração do fluxo de caixa
Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Direitos Humanos em Rede

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Direitos Humanos em Rede, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo

a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião

sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Direitos Humanos em Rede
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 30 de abril de 2012.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

MAURO AKIO SAKANO
CONTADOR – CRC- SP143589/O-9

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

ATIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	671.652	627.874
Outras contas a receber		24.884	53.539
		696.536	681.413
NÃO CIRCULANTE			
PERMANENTE			
Imobilizado	5	57.059	49.154
TOTAL DO ATIVO		753.595	730.567

PASSIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE			
Contas a pagar		5.491	-
Obrigações sociais		9.746	11.783
Obrigações tributárias		79	48
Outras obrigações		38.863	-
Doações antecipadas	6 and 8	425.381	-
		479.560	11.831
NONCURRENT LIABILITIES			
NÃO CIRCULANTE			
PATRIMÔNIO SOCIAL	7		
Patrimônio social		718.736	404.981
Superávit (déficit) do exercício		(444.701)	313.755
		274.035	718.736
TOTAL DO PASSIVO		753.595	730.567

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 (Em reais)

	2011	2010
RECEITAS		
Doações nacionais	193.468	207.728
Doações do exterior	1.423.381	2.345.047
RECEITAS DAS DOAÇÕES	1.616.849	2.552.775
DESPESAS		
Administrativas	(2.132.513)	(2.284.836)
Tributárias	(44.767)	(34.998)
Recuperação de despesas	28.602	-
Outras despesas	(11.726)	-
DESPESAS DAS ATIVIDADES	(2.160.404)	(2.319.834)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(543.555)	2 32.941
Resultado financeiro	98.854	80.814
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(444.701)	3 13.755

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (Em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado (deficit)	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	384.797	20.184	404.981
Transferência para patrimônio social	20.184	(20.184)	-
Superávit do exercício	-	313.755	313.755
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	404.981	313.755	718.736
Transferência para patrimônio social	313.755	(313.755)	-
Déficit do exercício	-	(444.701)	(444.701)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	718.736	(444.701)	274.035

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
Superávit (déficit) do período	(444.701)	313.755
Ajustes por: Depreciação	13.263	13.563
	(431.438)	327.318
VARIAÇÃO NOS ATIVO E PASSIVOS		
Outras contas a receber	28.655	83.975
Contas a pagar	5.491	(4.200)
Obrigações sociais	(2.037)	(9.751)
Obrigações tributárias	31	(23)
Outras obrigações	38.863	(41.097)
Doações antecipadas	425.381	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	64.946	356.222
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de ativo imobilizado	(21.168)	(18.915)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(21.168)	(18.915)
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**43.778**	**337.307**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	627.874	290.567
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	671.652	627.874
ACRÉSCIMO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**43.778**	**337.307**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em reais)

1. A ASSOCIAÇÃO E SUAS ATIVIDADES

A Associação é regida nos termos da Lei 9.790/99 e terá por finalidade promover, apoiar, monitorar e avaliar projetos em direitos humanos em nível nacional e internacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na legislação societária, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justos e pelo método de ajuste a valor presente, analise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

(b) Ativos financeiros e passivos financeiros

A associação possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa, outros recebíveis e contas a pagar.

A associação não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros.Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC - PME, a associação efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa: são classificadas como mantidas até seu vencimento. São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros e perdas quando adquiridos.

A associação em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

(c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, até o limite de seu valor de mercado.

(d) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ou de realização.

(e) Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas igualmente corrigidas e são depreciadas de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa 5.

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dosvalores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007. Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(g) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. No exercício de 2011 foi alterado o critério de reconhecimento das doações recebidas com destinação para projetos sociais específicos da Associação, as quais foram registradas no passivo circulante em "Doações Antecipadas", sendo reconhecidas como receita ao longo do período que sejam realizadas as destinações (gastos/obrigações) especificadas nestas doações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Caixa	-	22
Bancos	110.000	13.215
Aplicações financeiras	561.652	614.637
	671.652	**627.874**

A aplicação financeira é em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

5. IMOBILIZADO

		2011			2010
	Taxa anual depreciação (%)	Custos	Depreciação	Residual	Residual
Móveis e utensílios	10	41.722	(17.310)	24.412	20.946
Equipamento de Informática	20	115.952	(91.655)	24.297	21.290
Softwares	20	7.240	(4.083)	3.157	1.034
Equipamentos de telecomunicações	20	6.905	(1.712)	5.193	5.884
		171.819	**(114.760)**	**57.059**	**49.154**

6. DOAÇÕES ANTECIPADAS

A entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.
Do total dos recursos recebidos em 2011 no montante de R$ 2.042.230, R$ 1.616.849 foram aplicados neste exercício e R$ 425.381 serão aplicados em 2012 na continuidade dos projetos.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

8. MUDANÇA DE POLÍTICA CONTÁBIL

Conforme descrito na nota explicativa 3 (g) e 6, as doações recebidas em 2011 no montante de R$425.381, as quais serão utilizadas em projetos somente a partir de 2012, foram contabilizadas como doações antecipadas para atendimento a competência contábil. Assim, caso estas doações fossem utilizadas no momento do recebimento, regime de reconhecimento da receita por caixa, o déficit seria de R$19.320.

SUR – REDE UNIVERSITÁRIA DE DIREITOS HUMANOS
Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
Quadro I - Balanço patrimonial
Quadro II - Demonstração de superávit (déficit) do exercício
Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio social
Quadro IV - Demonstração do fluxo de caixa
Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores do Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos

Examinamos as demonstrações contábeis da Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores do Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 30 de abril de 2012.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

MAURO AKIO SAKANO
CONTADOR – CRC-1SP143589/O-9

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

ATIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	232.209	247.320
Outras contas a receber		44.818	447
		277.027	247.767
NÃO CIRCULANTE			
PERMANENTE			
Imobilizado	5	2 .013	509
TOTAL DO ATIVO		279.040	248.276

PASSIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE			
Obrigações sociais		-	331
Obrigações tributárias		-	220
Doações antecipadas	6 and 8	76.495	-
		76.495	511
NÃO CIRCULANTE			
PATRIMÔNIO SOCIAL	7		
Patrimônio social		247.725	116.419
Superávit (Déficit) do exercício		(45.180)	131.306
		202.545	247.725
TOTAL DO PASSIVO		279.040	248.276

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2011	2010
RECEITAS		
Doações nacionais	213.546	191.093
Doações do exterior	245.008	388.891
RECEITAS DAS DOAÇÕES		
DESPESAS	458.554	579.984
Administrativas	(517.260)	(465.372)
Tributárias	(8.886)	(9.267)
DESPESAS DAS ATIVIDADES(526.146)	(474.639)	
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(67.592)	105.345
Resultado financeiro	22.412	25.961
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(45.180)	131.306

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (Em reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado(deficit)	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3 98.874	(282.455)	116.419
Transferência para patrimônio social	(282.455)	282.455	-
Superávit do exercicio	-	131.306	131.306
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	116.419	131.306	247.725
Transferência para patrimônio social	131.306	(131.306)	-
Déficit do exercicio	-	(45.180)	(45.180)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	247.725	(45.180)	202.545

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
Superávit (déficit) do exercício	(45.180)	131.306
Ajustes por:Depreciação	295	130
	(44.885)	131.436
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Outras contas a receber	(44.371)	41.098
Obrigações sociais	(331)	331
Obrigações tributárias	(220)	(5)
Doações antecipadas	7 6.495	-
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades operacionais	(13.312)	172.860
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de ativo imobilizado	(1.799)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.799)	-
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	**(15.111)**	**172.860**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e equivalente de caixa no início do período	247.320	74.460
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	232.209	247.320
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES	**(15.111)**	**172.860**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em reais)

1. A ASSOCIAÇÃO E SUAS ATIVIDADES

Associação civil sem fins lucrativos, regida pela Lei 9.790/99, com fundamento no art. 3º., XI, para promoção da ética, da paz, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, com o objetivo de (i) colaborar com as Nações Unidas para o fortalecimento dos Direitos Humanos, por meio de programas que permitam o intercâmbio de experiências entre universidades e acadêmicos do hemisfério sul e as agências das Nações Unidas; (ii) fortalecer o ensino e o treinamento em Direitos Humanos, por meio de troca de experiências entre os programas das universidades do hemisfério sul; (iii) promover e desenvolver a pesquisa entre universidades do hemisfério sul e (iv) desenvolver e das suporte a projetos de advocacia solidária no hemisfério sul.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na legislação societária, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justos e pelo método de ajuste a valor presente, analise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a)Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

(b) Ativos financeiros e passivos financeiros

A associação possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa, outros recebíveis e contas a pagar.

A associação não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC - PME, a associação efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa: são classificadas como mantidas até seu vencimento. São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros e perdas quando adquiridos.

A associação em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

(c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, até o limite de seu valor de mercado.

(d) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ou de realização.

(e) Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas igualmente corrigidas e são depreciadas de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa 5. É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007. Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos o calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(g) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.
No exercício de 2011 foi alterado o critério de reconhecimento das doações recebidas com destinação para projetos sociais específicos da Associação, as quais foram registradas no passivo circulante em "Doações Antecipadas", sendo reconhecidas como receita ao longo do período que sejam realizadas as destinações (gastos/obrigações) especificadas nestas doações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

They are represented mainly by funds in domestic currency, deposited with financial institutions operating in Brazil, as follows:

	2011	2010
Caixa	-	6
Bancos conta movimento	24.249	89
Aplicação financeira	207.960	247.225
	232.209	**247.320**

A aplicação financeira é em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

5. IMOBILIZADO

		2011			2010
	Taxa anual depreciação (%)	Custos	Depreciação	Residual	Residual
Móveis	10	2.552	(723)	1.829	270
Utensílios	10	551	(367)	184	239
Equipamento de Informática	20	9.635	(9.635)	-	-
		12.738	**(10.725)**	**2.013**	**509**

6. DOAÇÕES ANTECIPADAS

A entidade recebeu doações com a finalidade de manutenção e programação dos projetos sociais sob sua responsabilidade.
Do total dos recursos recebidos em 2011 no montante de R$ 535.050, R$ 458.554 foram aplicados neste exercício e R$ 76.496 serão aplicados em 2012 na continuidade dos projetos.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

8. MUDANÇA DE POLÍTICA CONTÁBIL

Conforme descrito na nota explicativa 3 (g) e 6, as doações recebidas em 2011 no montante de R$ 76.496, as quais serão utilizadas em projetos somente a partir de 2012, foram contabilizadas como doações antecipadas para atendimento a competência contábil. Assim, caso estas doações fossem utilizadas no momento do recebimento, regime de reconhecimento da receita por caixa, haveria um superávit de R$ 31.315.

NOSSA EQUIPE*

DIRETORES
Lucia Nader – Diretora Executiva
Juana Kweitel – Diretora de Programas
Marcos Fuchs – Diretor Adjunto

INSTITUCIONAL
ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
Fernanda Mioto - Gerente
Jéssica Calinsque - Auxiliar Administrativa
Celso Gottsfritz - Consultor de TI
Gisele Maria dos Santos - Assistente Administrativa e Financeiro
Josefa das Neves dos Santos Leite - Auxiliar Administrativa

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Muriel Asseraf - Coordenadora
Marta Ferreira - Consultora

COMUNICAÇÃO
João Paulo Charleaux - Coordenador
Raul Galhardi - Estagiário

***

Malak Poppovic - Consultora Senior para Projetos Especiais
Mara Arizaga - Representante em Genebra

PROGRAMA SUL GLOBAL
COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
Laura Waisbich - Assistente de Projeto
Janine Carvalho - Assistente de Projeto
Juliana Barreto - Estagiária

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS
Camila Asano - Coordenadora, Política Externa e Direitos Humanos
Fabiana Leibl - Assistente de Projeto
Fernando Sciré - Consultant

SUR – REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
Maria Brant - Editora-executiva
Pedro Paulo Poppovic - Editor
Oscar V. Vieira - Editor pro bono
Laura Waisbich - Editora assistente
Luz Gonzalez - Estagiária

PROGRAMA DE JUSTIÇA
Rafael Custódio - Coordenador
Flávia Annenberg - Advogada
Vivian Calderoni - Advogada
Sheila Carvalho - Estagiária
Estefanía Sanchez - Estagiária
Tatiana Akashi - Estagiária

**Gostariamos também de agradecer Alexandre Lopes, Guilherme Zocchio, Natalia Suzuki, Renata Preturlan, Muriel Soares, Tatiana Silva, Thiago Amparo, que não trabalham mais na Conectas, mas cujas contribuições foram fundamentais nos sucessos relatados neste relatório.*
TRADUÇÃO PORTUGUESA: Maria Emilia Guttilla

Ei Viu!

conectas

@_conectas

Rua Barão de Itapetininga, 93 | 5º andar
São Paulo | SP | 01042-908 | Brasil
T | F +55 11 3884.7440
www.conectas.org